



N.º 2

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA  
EFETUADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2019**

Aos trinta dias do mês de abril de dois mil e dezanove reuniu, pelas vinte e uma horas e treze minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal de Évora, com a seguinte **Ordem do Dia**:

1. **Representação da AME na CPCJ de Évora – Designação de um representante da AME para integrar a Comissão de Crianças e Jovens - CPCJ – nos termos da alínea l) do art.º 17º da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 31/2003, de 22 de agosto, e pela Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro, para substituir o Sr. José António Mendes;**
2. **Deliberação sobre os Documentos de Prestação de Contas de 2018;**
3. **Deliberação acerca da 1ª Revisão ao Orçamento (Despesa e da Receita) e às Grandes Opções do Plano de 2019;**
4. **Deliberação sobre a contratação de um empréstimo para substituição de dívida do empréstimo do PAEL / Relatório Final de Avaliação de Propostas;**
5. **Deliberação acerca da delegação parcial de competências do Município de Évora na Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central (CIMAC);**
6. **Deliberação sobre a proposta de regulamento do Programa de Melhoramento das Condições de Habitabilidade;**
7. **Habévora, E. M. / Relatório e Contas de 2018 (para conhecimento);**
8. **Relatório semestral e trimestral de gestão e de execução orçamental / 1º semestre e 3º trimestre de 2018 da Habévora, E. M. (para conhecimento);**
9. **Relatório anual de execução do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão da CME / Ano de 2018 (para conhecimento);**
10. **Informação do Presidente da CME acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo.**

Estiveram presentes os membros da Mesa:

**Presidente – Carlos Alberto Gião Reforço**

**1ª Secretária – Ana Luísa Bragança Boto**

**2º Secretário – Bruno Manuel dos Santos Martins**

Feita a chamada, verificaram-se mais as seguintes presenças: Ananias Quintano, José Figueira, Severino Leão (em substituição Paulo Jaleco), Ana Beatriz Cardoso, Clara Grácio, Silvino Costa, António Jara, Nuno Alas, Elmina Lopes, Frederico Carvalho, Jorge Silva, Adelino Fonseca, Francisco



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Figueira (em substituição de Ângela Caeiro), Nazaré Lança, Jorge Lourido, João Simas, João Canha, Antónia Boieiro, Duarte Guerreiro (em substituição de Gertrudes Pastor), Isidro Lobo, José Mendes (em substituição de José Russo), Jerónimo José, Ermelindo Madeira (em substituição de António Maduro), José Piteira, Duarte Mendes (em substituição de Joaquim Pimpão), Manuel Recto, Florinda Russo, Luís Ramalho, Lúcio Guerreiro e Nuno Cabrita.

A Câmara Municipal fez-se representar pelo seu Presidente, Carlos Pinto de Sá, e pelos(as) Vereadores(as) Sara Fernandes, Eduardo Luciano, João Rodrigues, Elsa Teigão, e António Costa da Silva.

### PRIMEIRA PARTE DESTINADA AO PÚBLICO

Ninguém da assistência desejou falar

### PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Aberta a sessão, em continuação dos trabalhos o Sr. **Presidente da Assembleia** solicitou ao Sr. **José Figueira** que apresentasse a primeira moção da bancada da CDU com o título **Pelo Direito ao Transporte Público Mais Barato e Acessível**.

O Sr. **José Figueira** leu o documento na íntegra, que fica em anexo a esta ata, dela fazendo parte integrante.

Em seguida o Sr. **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Sr. **Bruno Martins** perguntou à bancada da CDU e ao Sr. Presidente se a moção apresentada colidia ou se estava relacionada com a deliberação a ser tomada no ponto V da Ordem de Trabalhos.

Em resposta, o Sr. **José Figueira** referiu que nos documentos entregues, o ponto V se prendia com a delegação parcial de competências do Município de Évora na CIMAC, fora dos transportes urbanos do concelho. Logo, não tinha qualquer interferência na moção apresentada.

Seguiu-se a intervenção do Sr. **Presidente da Câmara** para confirmar que a proposta de delegação de competências significava que os municípios foram constituídos como autoridade de transporte com as respetivas competências, e que no ponto V é proposto, à exceção do transporte urbano de Évora, que seja delegado na CIMAC. Não estão a ser tratadas questões tarifárias.

Também o Sr. **Nuno Alas** interveio para perguntar qual a perspetiva da Câmara em relação aos transportes no concelho de Évora relativamente aos passes que os eborenses pagam. Qual a perspetiva da Câmara na matéria dos passes, perguntou.

O Sr. **Presidente da Câmara** informou que faria todas as referências no ponto V.

Não se verificando mais intervenções o Sr. **Presidente da Assembleia** colocou à votação, a moção apresentada pela CDU, tendo a mesma sido **aprovada por unanimidade**.

Dando continuidade aos trabalhos o Sr. **Presidente da Assembleia** referiu que a CDU iria apresentar uma saudação intitulada **Viva o 1.º de Maio**.



A saudação **Viva o 1.º de Maio**, foi apresentada na íntegra pelo **Sr. Jorge Lourido**, e fica em anexo a esta ata dela fazendo parte integrante.

O Sr. **Ananias Quintano** iniciou a intervenção referindo que concordariam com o texto, votando-o favoravelmente. No entanto, consideram que o 1.º de Maio é de todos os trabalhadores, não apenas da CGTP-Intersindical.

Assim, se for retirada a referência em causa, votarão favoravelmente a moção.

Em resposta o Sr. **Jorge Lourido** considerou que a leitura não havia sido feita, porque a homenagem se refere a todos os trabalhadores. Chamou a atenção para o apelo que se refere às manifestações, que em Évora, são apenas realizadas pela CGTP.

Disse não acreditar que essa referência, possa levar o PS a abster-se ou votar contra a moção apresentada. A moção é para “Todos os Trabalhadores”, e no concreto para os trabalhadores de Évora que são promovidas pela CGTP, e no país inteiro.

O Sr. **João Canha** considerou o discurso alegre, esplendoroso, criativo, em chamadas de futuro, mas é apenas um canto, que não se aproxima do canto da “*Sophia de Mello Breyner Andresen*”. Se for incluída a seguinte alteração “*Travar o caminho de empobrecimento e declínio nacional e abrir caminho à recuperação e conquista de direitos. Um caudal de lutas que convergirá nas comemorações do 1.º de Maio, que se realizarão em todo o país e que, em Évora, serão organizadas pela CGTP-IN*”. Com esta alteração será possível a provar a moção.

O Sr. **Jorge Lourido** voltou a intervir para concordar com a proposta de alteração.

Nova intervenção do Sr. **João Canha** para se referir ao sentido de voto manifestado pelo Sr. Ananias, foi exatamente por concordarem com a moção, saudando ao mesmo tempo a bela peça apresentada. Uma moção muito bem redigida sendo muito bom sentir que foi feita com muito cuidado e muito bem apresentada. A forma como está escrita, a introdução. Uma moção perfeita disse.

Por sua vez o Sr. **Nuno Alas** interveio para afirmar que só alguém muito fora de juízo não iria concordar. A felicidade faz-se de salários melhores e de trabalho. Acompanham não a semântica do PS. Atualmente vive-se um esvaziamento de sindicatos, para as negociações serem feitas no Parlamento, o que não devia acontecer.

Mas, o PSD não votará favoravelmente uma proposta que defende as 35 horas semanais para todos os trabalhadores, quando de momento é completamente irresponsável aplicar estes horários sem perceber antes quais os impactos positivos ou negativos na economia.

Referiu que se iriam abster, acompanhando o conjunto de preocupações explanadas, embora considerando que algumas são tão utópicas, que não conseguem acompanhar.

A Assembleia Municipal de Évora **aprovou por maioria**, a saudação apresentada pela CDU, com as alterações propostas pelo PS, com 29 votos a favor (14 da CDU, 13 do PS, 1 do BE e 1 do MMPI) 4 abstenções (3 do PSD e 1 da Coligação “Afirmar Évora 2017”).

Declaração de voto do Sr. **Frederico Carvalho**:



*“Em ocasiões votei textos e moções de saudação ao 1.º de Maio, sendo com muita pena minha que não o vou fazer este ano, pese embora o esforço feito pela bancada da CDU, para mitigar alguma discordância do PS ou incómodo.*

*Ainda assim, sempre a favor dos trabalhadores, das causas dos mesmos, das suas dignidades e luta no trabalho, este texto infelizmente, ao contrário de textos do passado, enferma de um grande teor dogmático ideológico, que obviamente acharia sempre que seria demasiada ousadia da minha parte pedir essa acomodação. Em consciência só poderia votar contra”.*

Seguiu-se uma nova moção apresentada pela bancada da CDU que o Sr. **Presidente da Assembleia** referiu ser subordinada ao tema **Medidas de Reforço das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens Visando a Eficácia da sua Intervenção**, sendo a mesma apresentada na íntegra pelo Sr. **José António Mendes**, e que fica em anexo a esta ata dela fazendo parte integrante.

A Sra. **Nazaré Lança** interveio no sentido de referir que como funcionária da Segurança Social se considerava impedida de discutir e votar uma moção relacionada com a sua área de trabalho e ao Ministério para o qual presta funções.

Pelas mesmas razões, o Sr. **João Canha** declarou-se impedido de votar a moção, não se escusando a afirmar que há uma imprecisão na forma como está escrito, porque nos últimos anos, não houve diminuição de efetivos afetos às CPCJ, pelo contrário houve um aumento, houve aumento no distrito de Évora, bem como os técnicos afetos às CPCJ.

A Sra. **Ana Luísa Boto** também se declarou impedida de discutir e votar a moção por trabalhar diretamente nesta área.

Seguiu-se a intervenção da Sra. **Ana Beatriz Cardoso** para deixar as seguintes notas: pensa que é excessivo dizer que há uma ausência de respostas no âmbito social; interpreta a moção, sobretudo como o não reconhecimento do trabalho que é feito pelas CPCJ e a sua importância; Tem pena, que noutros municípios como Montemor-o-Novo, entre outros, do distrito, não sido implementadas CPCJ; o trabalho realizado pela CPCJ deve servir de exemplo para a implementação de outras nos concelhos vizinhos.

Lembrou que estão a decorrer candidaturas para onde as várias IPSS podem candidatar-se no âmbito do Portugal 2020. É muito importante o compromisso das CPCJ e das Autarquias em colaboração direta, quer quanto ao diagnóstico, quer quanto à persecução e execução dos projetos

Louvou a apresentação da moção, não deixando de referir que não pode ser esquecido um compromisso na colaboração e execução dos projetos.

A seguir o Sr. **Frederico Carvalho** afirmou comungar de todo o conteúdo da moção, que votará favoravelmente, pelo sentido de oportunidade e eficácia, ao contrário da anterior que considerou ter algo que desvirtuou o seu sentido de voto.

Por último o Sr. **José Maria Figueira** referiu que a moção se refere a ausências de resposta que permitam um trabalho integrante. Por outro lado, também não é dito que os técnicos não deram resposta, mas sim a ausência de resposta “sine qua non”, é completamente diferente.

Por outro lado, também não é dito que os técnicos foram diminuídos, é referido sim, que há carência de técnicos, são necessários mais técnicos.

Estas dificuldades não são só do concelho de Évora, são também de outros concelhos.



Não se verificando mais intervenções o Sr. **Presidente da Assembleia** colocou à votação, a moção apresentada pela CDU, tendo a mesma sido **aprovada por maioria**, com 30 votos favoráveis e com 3 abstenções.

O Sr. **Presidente da Assembleia** referiu que a Coligação “Afirmar Évora 2017” apresentou à mesa um Voto de Pesar **Pelo falecimento de D. Maurílio de Gouveia, Arcebispo Emérito de Évora**, sendo o mesmo apresentado na íntegra pelo Sr. **Frederico Carvalho**, e que fica em anexo a esta ata dela fazendo parte integrante.

Depois da apresentação do voto de pesar, o Sr. **José Maria Figueira** interveio para deixar a nota de que sendo agnóstico teve o privilégio de por diversas vezes e razões profissionais de conhecer a pessoa de D. Maurílio de Gouveia, pelo que irá votar favoravelmente o voto de pesar

A Assembleia Municipal **aprovou por maioria**, o Voto de Pesar, com 31 votos a favor (13 da CDU, 13 do PS, 3 do PSD, 1 da Coligação “Afirmar Évora 2017” e 1 do MMPI) e 2 abstenções (1 da CDU e 1 do BE), seguindo-se **1 Minuto de Silêncio em Memória de D. Maurílio de Gouveia**.

O Sr. **Presidente da Assembleia** referiu que a Coligação “Afirmar Évora 2017” tinha uma recomendação subordinada ao tema **Por uma efetiva e plural candidatura de Évora a Capital Europeia da Cultura 2027** sendo a mesma apresentada na íntegra pelo Sr. **Frederico Carvalho**, e que fica em anexo a esta ata dela fazendo parte integrante.

O Sr. **Presidente da Câmara** interveio para referir que leu com atenção a recomendação considerando-a extemporânea. Primeiro, não se trata de uma candidatura da Câmara Municipal, mas sim de uma Comissão Coletiva que une as principais Instituições Públicas e uma Privada de Évora. A Comissão Executiva é formada pela Câmara Municipal, Universidade de Évora, Direção Regional de Cultura do Alentejo, CCDR Alentejo, Turismo do Alentejo, CIMAC, que junta os 14 Municípios do Alentejo Central, Agência de Desenvolvimento Turístico e ainda pela Fundação Eugénio de Almeida.

A candidatura tem sido preparada pela Comissão Executiva que junta todas as entidades referidas. Não é uma Candidatura da Câmara Municipal de Évora, voltou a afirmar.

A Câmara Municipal tem assumido um papel de liderança em relação ao processo de candidatura em conjunto com outras entidades.

A Comissão Executiva tem delineado o trabalho para concretização dos requisitos exigidos pela União Europeia. No passado dia 29 realizou-se a reunião da Comissão Executiva para delinear o processo de trabalho até à apresentação da candidatura.

Entre outras, uma das questões que esteve em cima da mesa, não é uma audição pública, mas sim um modelo de participação das várias entidades. Que as instituições, os agentes não sejam ouvidos, mas sim que participem ativamente na construção da Candidatura.

Está a ser preparado um trabalho metodológico que permite levar a essa participação e que tenham percebendo o texto, voz na construção da Candidatura.

Perante tudo isto, afirmou não lhe parecer que o texto responda da melhor forma ao que está proposto. Informou, por último, que até ao final de maio a Comissão Executiva terá a Carta de Princípios e o Modelo Participativo.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Neste momento já está muito perto de se encontrar construída toda a metodologia. E de forma plural, se poder apresentar publicamente todas as questões.

Por último, chamou a atenção de não ter havido uma posição de mediatização da Candidatura, por ser entendimento que a fase atual é de preparação e não de mediatização. Está envolvidos o Alentejo Central e as 14 Câmaras, que deram o apoio no âmbito da CIMAC, havendo ainda contacto com outras CIM's e outros Municípios do Alentejo para que possam participar também.

Percebendo a intenção, considerou o texto extemporâneo.

Como resposta o Sr. **Frederico Carvalho** perguntou se as duas sugestões no âmbito da Câmara Municipal de Évora na Comissão Executiva seriam válidas de propor ou não.

O Sr. **Presidente da Câmara** respondeu, relativamente à primeira sugestão, que é um modelo participativo, em que as entidades têm uma participação efetiva na construção da Candidatura. É o que está a ser preparado, chamar os agentes à participação na Candidatura efetiva. Além da audição os agentes são chamados à participação na Candidatura.

São os dois passos a seguir e que estão assumidos. Em sua opinião, é desnecessária e extemporânea a questão porque na Candidatura, tem vindo a ser preparado um calendário e metodologia, que estão a ser conseguidos, em que as duas questões referidas foram assumidas pela Comissão Executiva da Candidatura.

O Sr. **Bruno Martins** interveio para comentar a proposta de recomendação referindo ser óbvio que se o Órgão Deliberativo fosse mais constantemente informado sobre a situação, não se corria o risco de serem colocadas questões desta natureza.

O segundo comentário compreendendo não se estar em fase de mediatização, a verdade, foi o Executivo Municipal que mediatizou, desde o início, antes das eleições autárquicas.

Mas, na verdade, chegou o momento da mediatização e de dar força ao projeto que se quer de todos os eborenses e de todo o Alentejo.

Sugeri que o primeiro ponto seja redigido da seguinte forma “...*se adotem medidas em conjunto da Comissão Executiva ...*”, no segundo ponto “...*no seio da Comissão Executiva que procure alargar o elenco...*”. O BE votará favoravelmente se a recomendação se mantiver.

O Sr. **Nuno Alas** iniciou a sua intervenção a afirmar que no PSD acreditavam que a recomendação era no espírito de fortalecer e complementar, pelo que o seu voto seria favorável, ainda que reconhecendo, não ser conhecido em detalhe, de forma a poderem dizer que concordavam com todo o trabalho conduzido pela Câmara.

Que concordam sim, com a intenção de princípio que a Coligação Afirmar Évora apresentou.

Em nova intervenção o Sr. **Presidente da Câmara** fez o seguinte esclarecimento que já fez há algum tempo: A publicitação de que estava a ser estudada a viabilidade da Candidatura foi feita à revelia da Comissão Executiva por um membro da Comissão Executiva, e não a Câmara Municipal. O que obrigou a Câmara Municipal face às questões colocadas de imediato em público, a ter que dizer que estava a ser preparada a viabilidade da Candidatura.

Não foi a Câmara Municipal que tomou a iniciativa de fazer a divulgação, porque respeitou integralmente o que tinha sido combinado no seio da Comissão Executiva.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Entretanto, o Sr. **Jerónimo José** referiu que a bancada do PS também iria votar favoravelmente, assumindo como boa a informação do Sr. Presidente da Câmara, de que as propostas agora apresentadas já eram previstas.

Lembrou, entretanto, terem solicitado no âmbito do Orçamento que com alguma regularidade fosse presente à Assembleia Municipal algumas informações do que estava planificado e o que já estava feito. Até ao momento ainda nada foi referido, acontecendo que como o Sr. Presidente da Câmara disse, não fazem sentido no momento.

Reforçou a ideia de que a Assembleia Municipal também deve ter uma opinião, pelo que irão acompanhar.

O Sr. **José Maria Figueira** afirmou não terem qualquer impedimento em compreender a proposta, mas não podia deixar de aconselhar os Membros da Assembleia Municipal, que não leram, que lessem o jornal oficial da EU de 03 de maio de 2014, onde é feito o enquadramento de como se desenvolvem as candidaturas. A bancada da CDU não irá inviabilizar, mas irá abster-se.

O Sr. **Presidente da Câmara** apresentou o andamento de um processo que está em curso, candidaturas de 2022 até 2033.

Nova intervenção do Sr. **Presidente da Câmara** começou por dizer que poderá parecer “*invulgar*” num momento histórico em que tudo é mediatizado que a Câmara respeita as decisões do órgão coletivo, Comissão Executiva, mas é isso que a Câmara faz. O que tem sido feito relativamente às informações, foi acertado por unanimidade no seio da Comissão Executiva. Não serão divulgadas questões que a Comissão Executiva entenda não ser o momento para as divulgar.

A terminar, afirmou mais uma vez o respeito que a Câmara tem relativamente ao trabalho coletivo que está a ser feito no seio da Comissão Executiva. No tempo certo, como foi prometido, serão dadas as informações, mas em concordância com o trabalho que está a ser desenvolvido no seio da Comissão Executiva.

A Assembleia Municipal **aprovou por maioria**, a recomendação apresentada pela Coligação “Afirmar Évora 2017” **Por uma efetiva e plural candidatura de Évora a Capital Europeia da Cultura 2027** com 19 votos a favor (13 do PS, 3 do PSD, 1 do BE, 1 da Coligação “Afirmar Évora 2017” e 1 do MMPI) e 14 abstenções da CDU.

Em nova intervenção o Sr. **Bruno Martins** perguntou sobre a aquisição de bens móveis comuns publicado no portal da contratação da função pública (o BE redigiu um ofício ao Sr. Presidente da Câmara, considerando que o acordo em Orçamento no que em aspetos de maior transparência não estavam a ser cumpridos). Recomendou que todos os contratos fossem publicados em PDF, explicando que se acedem a todas as páginas aumenta a transparência.

O Sr. **Presidente da Câmara** respondeu que era a publicação integral dos contratos.

Outra questão estava relacionada com a publicação de todos os concursos convidados em que tenha havido consulta de três ou mais fornecedores, empreiteiros, etc. Informou que assinou um ofício em que responde que não é obrigatório publicar os convidados. Mas como já disse, recomenda a leitura do art.º 4º do Código dos Contratos Públicos, onde é clara a obrigatoriedade de publicar as entidades convidadas, sendo o Presidente da Câmara o representante máximo, é da sua responsabilidade.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

O Sr. **Bruno Martins** voltou ao contrato sobre bens móveis publicado há pouco tempo, ainda que tenha a data de 31 de agosto, e está relacionado com a aquisição de fornecimento contínuo de herbicida até ao limite de 2000 litros, perguntando se o mesmo contém glifosato.

O Sr. **Presidente da Câmara** começou por dizer que de momento não estava em condições de responder sobre determinado contrato ou determinado herbicida. Admitiu que o herbicida possa conter glifosato. Na próxima reunião da Assembleia dará a informação solicitada.

A Câmara comprou o equipamento para a fazer monda térmica que é muito mais lenta a aplicar que a monda química, embora a sua eficácia seja muito maior. Admitiu que a monda química continue a ser feita em casos excecionais, como as orientações dadas.

Vai confirmar junto dos Serviços para poder dar uma informação completa.

Na sequência da informação do Sr. Presidente da Câmara, o Sr. **Bruno Martins** lembrou que a utilização de glifosato no espaço público não pode ser utilizada, pelo que deixou o seguinte requerimento oral para que seja dado conhecimento a todos os membros da Assembleia todo o herbicida comprado pela Câmara Municipal.

Em resposta o Sr. **Presidente da Câmara** referiu que para além da ficha técnica a Câmara irá enviar qual a utilização que tem sido dada ao herbicida.

Também o Sr. **João Canha** interveio para dizer que se emocionou na Sessão Pública de celebração das comemorações do 25 de Abril.

A bancada do PS aceitou a proposta de apresentar uma saudação à própria Assembleia pela capacidade de dignificar o momento. Assim, passou a apresentar a saudação “**Pela dignidade emprestada à sessão extraordinária comemorativa do 25 de Abril**”, que fica em anexo a esta ata dela fazendo parte integrante.

O Sr. **José Mendes** lembrou que estes jovens são o fruto do trabalho realizado naquela escola, que mais não é que a obrigação que a escola pública deve manter. As diferentes dimensões estéticas para o uso da palavra do corpo e do movimento. O Sr. João Canha afirmou que por ter consciência de tudo que o Sr. José Mendes referiu, tinha que colocar uma referência especial “aos jovens que trouxeram emoção estética e também política”

Não se verificando mais intervenções o Sr. **Presidente da Assembleia** colocou à votação, a moção apresentada pelo PS, tendo a mesma sido **aprovada por unanimidade**.

Não havendo nada a opor o Sr. Presidente da Assembleia deu por encerrado o PAOD, iniciando-se a **Ordem do Dia**.

**PONTO 1 - Representação da AME na CPCJ de Évora – Designação de um representante da AME para integrar a Comissão de Crianças e Jovens - CPCJ – nos termos da alínea l) do art.º 17º da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 31/2003, de 22 de agosto, e pela Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro, para substituir o Sr. José António Mendes.**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Retomando os trabalhos, o **Sr. Presidente da Assembleia** referiu que o **Sr. José Mendes** solicitava a sua substituição na CPCJ, por motivos profissionais e pessoais. Neste sentido, perguntou à bancada da CDU se havia alguém que pudesse substituir o Sr. José Mendes.

O **Sr. José Maria Figueira** interveio para informar, que a pessoa que a CDU vai propor para substituir o Sr. José Mendes é a Dra. Ana Alves.

A Assembleia Municipal **deliberou, por escrutínio secreto, por maioria**, com 31 votos a favor, 1 voto contra e 1 voto em branco, nomear a Sra. **Ana Cristina Branquinho Alves** para o ocupar o referido lugar na CPCJ.

Numa curta intervenção a Sra. **Ana Beatriz Cardoso** congratulou-se pela escolha da Dra. Ana Alves, passe a integrar a CPCJ e dizer à Câmara Municipal de Évora que era muito importante da mesma maneira que o Sr. José Mendes esteve presente na Comissão Restrita, era importante saber se da parte da Dra. Ana Alves e do Executivo existe disponibilidade para que também ela integre Comissão Restrita, uma vez que existe uma escassez de meios humanos na CPCJ, como ficou provado na moção apresentada.

O **Sr. José Maria Figueira** comunicou que a bancada da CDU não tinha a informação.

### **PONTO 2 - Deliberação sobre os Documentos de Prestação de Contas de 2018.**

O **Sr. Presidente da Câmara** iniciou a intervenção referindo que os documentos estavam distribuídos, que iam muito além do que a lei obriga, com um conjunto de informação adicional. Que iria procurar ser o mais sintético possível, não abordando algumas áreas que seria do seu interesse abordar.

Começou por lembrar que 2018 teve como tema geral “Évora pela Paz – 100 Anos do Armistício”, o tema foi escolhido exatamente pela passagem dos 100 anos que assinalaram o final da 1.<sup>a</sup> Guerra Mundial, que durou mais de 4 anos mobilizou mais de 70.000 militares, 10 milhões de mortos e 20 milhões de mutilados. O tema levou a uma adesão muito significativa de diversas iniciativas, em escolas, instituições várias, que assinalaram de forma digna o tema. Pela adesão deixou um agradecimento a todos que deram contribuições para o tema.

Em relação ao enquadramento político e social em 2018, quer em Portugal, quer na União Europeia manteve-se uma trajetória de retoma económica, ainda que não tenha permitido recuperar os níveis anteriores à crise. Os indicadores económicos são positivos, mas sem estarem ao nível anterior à crise. Continuaram a melhorar indicadores como o aumento do PIB, a diminuição do desemprego, a criação de postos de trabalho, mas em termos de economia portuguesa destacaram-se os principais problemas, como os níveis das dívidas públicas e privadas, agravaram do ponto de vista absoluto.

Évora sentiu também essa situação geral com a diminuição do desemprego, um ligeiro aumento dos rendimentos disponíveis mais baixos, o que significa uma melhoria com algum significado da situação social económica, ainda que se mantenham problemas estruturais de grande importância como a pobreza com cerca de 30% de pessoas ao nível de pobreza. Continuam as dificuldades de acesso à habitação, carências muito significativas e problemas nos serviços públicos com destaque ao nível da saúde e da educação.

Relembrou que a ação municipal decorreu com base num conjunto de condicionantes como as decorrentes do OE, com aspetos positivos e negativos sendo um, o não cumprimento da Lei das



Finanças Locais, que estabelecia como aumento para as Autarquias 5% sendo apenas transferido 3,5%, o que significa que Évora recebeu menos 500 mil euros.

Ao nível do endividamento, mantêm-se ainda algumas restrições com financiamentos e exigências burocráticas das verbas consignadas e um conjunto de aspetos positivos no que concerne ao descongelamento faseado das carreiras reposição de direitos, bem como um conjunto de outros rendimentos como as horas extraordinárias, o fim da sobretaxa, e ainda alguma recuperação da autonomia municipal.

O fator de desequilíbrio económico-financeiro do Município, ainda se registou durante 2018 que está identificado amplamente, mas que tem outras implicações, que é o contrato insustentável do Sistema Multimunicipal da Água e Saneamento do qual continua a ser impossível sair.

Em relação ao PAEL foi feito um conjunto de trabalhos para sair do PAEL, a terminar a aplicação do saneamento financeiro que tem vindo a ser cumprido.

Em relação às contas, o aspeto mais relevante, pela primeira vez o Município conseguiu o equilíbrio financeiro e económico, desde que há registo no Município de Évora. Este dado importante deixa margens para poder aumentar investimento municipal e atividades noutras áreas.

Nos principais investimentos salientou o início das obras no Palácio Dom Manuel, o Aqueduto da Água de Prata, Conservação e Restauro dos Chafarizes do Rossio, Alconchel, Largo dos Mercadores. Houve capacidade de um pequeno investimento de 110 mil euros na rede viária e 900 mil euros na rede viária do PITE, de forma a criar condições para receber empresas como foi o caso da Mecachrome, e ainda assim efetuaram-se obras pequenas obras com pequenas remendagens. A rede viária, sempre tem sido assinalada como um problema de difícil resolução por inteiro.

Também as questões de manutenção e requalificação do parque escolar, com verbas superiores a 650 mil euros.

A conclusão das infraestruturas em urbanização com um investimento de 400 mil euros, com as Vilas do Alcaide, Quinta da Azinheira, Quinta das Tâmaras, Senhora da Saúde.

E aquisição de um conjunto de equipamentos para o município já iniciado em 2017 e que se prolongou em 2018.

No que respeita à situação económica do concelho para além do já referido como positivo, passou a assinalar as questões mais complicadas do ponto de vista estrutural, como seja o baixo rendimento de uma grande parte da população, o desemprego continua elevado, que atinge sobretudo os trabalhadores menos qualificados e jovens, bem como questões ligadas à precarização no emprego em especial na criação de novos postos de trabalho.

Também não pode deixar de assinalar a subida do custo da habitação sendo que os rendimentos médios, são insuficientes para poder responder aos custos da habitação média em Évora. Uma camada muito vasta da população tem muitas dificuldades a conseguir uma habitação.

Relativamente às questões de Évora Participativa, foram procuradas um conjunto de iniciativas de forma que cidadãos e empresas pudessem contribuir para melhorar a intervenção municipal, quer do ponto de vista do concelho, quer do ponto de vista dos atendimentos, reuniões que se realizaram ao longo do ano. Na Câmara Municipal foi dado um salto importante em relação aos trabalhadores ao serem regularizadas as situações aos 42 trabalhadores precários, foram repostos os rendimentos e direitos, ainda que de forma restrita decorreu do OE.

Foram abertos concursos para o Mapa de Pessoal, tempo indeterminado. As questões relacionadas com a mobilidade dos trabalhadores, finalmente foram resolvidas.

Quanto á área das Finanças Municipais já foram salientados os aspetos mais relevantes, mas iria deixar os indicadores mais importantes:



-Divida Global do Município, desde outubro de 2013 até final de 2018, houve uma redução de 27,3 milhões de euros, o que significa uma redução de 30% a menos, e do ano de 2018 houve uma redução 773,3 mil euros em relação a 2017. O prazo médio de pagamento teve um ligeiro aumento, passou de 89 para 99 dias, não por problemas de tesouraria da Câmara, mas por incapacidade administrativa de processar os pagamentos como desejava.

Estão a procurar resolver a questão, porque, entretanto, não houve capacidade para fazer todos os pagamentos, apesar de haver verba para os fazer. Razão do aumento dos 10 dias. Recordou, entretanto, que desde 2013 até ao momento se verificou uma redução de 696 dias, cerca de 87% do prazo médio de pagamento.

O Município terminou o ano sem pagamentos em atraso pelo terceiro ano consecutivo. Foi atingido o equilíbrio orçamental como está definido no POCAL. Foi traduzido com um ativo de 2 milhões de euros e um saldo de 4,2 milhões de euros, recuperando os valores negativos muito significativos, que vinham de 2013. Mas o mais relevante é o Equilíbrio Económico, em que pela primeira vez, os resultados operacionais são positivos de 362,9 mil euros e resultados líquidos positivos no início do exercício de 2,2 milhões. É uma boa noticia, contudo ainda não se pode dizer que está completamente estabilizado, porque mantém o problema gravíssimo do contrato com as águas. Lembrou que o resultado operacional em 2013 era de 11,6 milhões negativos e o resultado líquido nesse mesmo ano era de 12,7 milhões negativos.

Salientou que de momento o principal indicador preocupante e que causa algumas dificuldades, é o excesso de endividamento que no final do ano é de cerca de 8,5 milhões de euros, mesmo tendo sido reduzido substancialmente de 2017 para 2018 em 3,7 milhões. Desde 2013 para final de 2018, foi reduzido de 32,5 milhões para 8,5 milhões, mas ainda continua a ser um excesso de endividamento.

Salientou também as questões ligadas à revitalização do Centro Histórico com o lançamento de um conjunto de projetos já anunciados e ligados ao PEDU, para além do Palácio Dom Manuel, salientou os trabalhos efetuados no Salão Central, Teatro Garcia de Resende, e outros projetos.

Lembrou que 2018 foi o primeiro ano que funcionou por completo o IFRRU em que os proprietários, comerciantes bem como todos os que estão no Centro Histórico podem ter acesso a determinadas condições.

Na área económica se continuou a verificar uma dinâmica significativa, como a Mecachrome entrou em funcionamento em maio, sendo que o seu trabalho inicial foi em 2018, tendo atingido mais de 100 postos de trabalho e com perspetivas de passarem a ser 300 postos de trabalho. Lembrou também a Fábrica de Descasque de Amêndoa na Azaruja que iniciou a sua laboração, e ainda a primeira fase de uma nova fábrica fotovoltaica, investimento de mais de 20 milhões de euros, com início de laboração. Foi concluída a negociação para a ampliação dos terrenos do PITE e ajudar a implementar a 2.ª fase do PACT. De momento estão várias centenas de empresas em incubação nas várias incubadoras em Évora, para além da incubadora municipal também no NERE a EVORATEC, na ANJE e no Parque, estão mais de 300 empresas em incubação.

O turismo voltou a crescer significativamente acima da média nacional, o que foi positivo. Em termos da Évora Solidária a Câmara procurou acompanhar as reivindicações, preocupações e propostas apresentadas pela Região Alentejo. A Câmara participou em vários movimentos e iniciativas em prol da defesa do Alentejo.

Em relação às questões ligadas com a Educação, foram amplamente discutidas as preocupações com a educação, para além da preocupação com a falta de assistentes operacionais, também a urgência nas questões ligadas à reabilitação das escolas André de Gouveia e Santa Clara.

Na área Social salientou a alteração do Estatuto da Habévora para se conseguir que tenha um objeto mais amplo no âmbito da habitação.



O funcionamento social e as redes sociais continuaram a dar um contributo importante para os problemas do concelho.

Ao nível da saúde considerou terem sido dados passos positivos relativamente á construção do Hospital Central do Alentejo em Évora, não sem que se tivessem registado dificuldades e problemas em particular no Hospital do Espírito Santo que tentaram acompanhar e que preocupam por não estarem resolvidos.

Na área do Desporto, referiu o elevado funcionamento do Complexo Desportivo e da Piscina Municipal, a Meia Maratona de Évora, além de um conjunto de outras atividades da Câmara ou em parcerias, que foram muito importantes.

Em relação à Juventude, salientou a elaboração do Diagnóstico Juvenil que foi finalizado em 2018, e do amplo conjunto de atividades e em particular o funcionamento do Conselho Municipal da Juventude.

Relativamente ao Ordenamento do Território e Urbanismo, foram iniciados os trabalhos preparatórios para a revisão do Plano de Urbanização de Évora e do Plano Diretor Municipal. O atraso que se verifica não é da responsabilidade da Câmara, mas que é preocupante, em relação ao Plano de Salvaguarda e Zona de Proteção do Centro Histórico. Entretanto foi feito um esforço notável por parte dos serviços da Câmara, para a elaboração de um conjunto de projetos que garantiram candidaturas a Fundos Comunitários.

Está em elaboração o Plano Local de Habitação que se espera seja concluído durante este ano.

Em seguida referiu os trabalhos referentes ao Plano de Mobilidade iniciados na sequência do Plano Municipal, elaborado ao nível da CIMAC.

Ao nível do Ambiente as maiores preocupações são nível da água, da qual já se falou, que para além do contrato, o que seria importante seria a saída do Sistema Multimunicipal. O problema das redes em baixa continua a não ter financiamentos e os poucos que existem colocam condições para que a Câmara abandone as suas opções de gestão e entregue os sistemas, o que é recusado.

Relativamente à Proteção Civil, teve um desempenho relevante, não apenas no concelho, mas também de apoio a outros concelhos e outras áreas. Aproveitou para saudar ainda o trabalho desenvolvido pelos Bombeiros Voluntários de Évora, foi com a preocupação do Centro Histórico, que se entendeu, pondo em causa algumas questões de ordem legal, atribuir um subsídio com algum significado para aquisição da autoescada essencial de forma a poderem responder a eventuais problemas quer no Centro Histórico, quer noutras zonas da cidade.

Referiu os baixos níveis de criminalidade no concelho, ainda que exista um conjunto de questões pontuais de focos que continuam a preocupar.

Em seguida, salientou a regularização dos terrenos no Bairro de Almeirim que se arrastavam desde antes do 25 de Abril de 74, referindo a participação da família Potes na pessoa do Sr. João Potes, que em conjunto com a Câmara ajudou para que a questão fosse regularizada. Foram feitas escrituras de cerca de 70 famílias, que conseguiram finalmente registar, as suas habitações em seu nome.

Deixou mais uma nota em que referiu, a Conta de Gerência em relação ao Orçamento e em relação ao grau de execução, em que as despesas correntes atingiram um grau de execução de 88,4%, já dentro do que é expectável; as despesas de capital como previsto na altura, ficaram como uma execução baixa, porque foi necessário colocar numa rubrica de despesas de capital, ao valores de receita por se saber que se iriam receber, permitindo contrabalançar a cabimentação obrigatória fazer, por via do POCAL, de todos os compromissos que o município assume. Ainda assim, aumentou significativamente o grau de execução do Plano para 77,6%. Quanto mais real o Orçamento se tornar, mais melhorará a situação. Em resumo, registou que apesar das dificuldades, dos problemas, do conjunto de questões que não tiveram capacidade de resposta, considerou, que em termos globais deram todos os contributos



possíveis para que se garantisse por um lado, o equilíbrio económico-financeiro do município e por outro lado houvesse também um contributo para o desenvolvimento e melhorias das condições da qualidade de vida dos cidadãos em Évora.

Após a introdução do Sr. Presidente da Câmara, o Sr. **Luís Ramalho** começou por se referir à Prestação de Contas em que é referido no Relatório um lote de terreno que reverteu para o município. Gostava de saber qual a localização e qual o lote, relativamente ao parque de estacionamento para autocaravanas na Av. Sanches Miranda, também não é referida a localização prevista. No que diz respeito a estradas municipais, não é só cortar as ervas, mas também cortar os arbustos, cortar a ramagem das árvores e limpar esse lixo.

Em relação ao pavimento, a Rua Mendo Estevens, está com a calçada abatida com buracos enormes, com alguma dimensão e profundidade há bastante tempo, deveria ser dado algum arranjo, no sentido de minimizar o estrago do pavimento.

Também o Sr. **Nuno Alas** interveio para referir que não tinha questões, mas sim considerações uma vez que estavam a tratar do Relatório de Contas e Atividades que espelha o que foi Orçamento e as Opções do Plano que o Executivo apresentou em 2018, o qual a bancada do PSD, quer no Executivo, quer na Assembleia Municipal chumbou por não concordar e mantendo que se trata de um Relatório com o qual não concordam, fidedigno e elaborado pelos serviços de forma séria e coerente, mas corresponde de todo às opções do PSD, pelo que votaram contra as Opções agora explicadas.

Explicou que não foram as Opções do Plano do PDS porque nas explicações o Sr. Presidente da Câmara, fez uma síntese de um ambiente quase fantástico, de criação de emprego, de um conjunto de melhorias para o concelho.

Sem querer ter uma visão pessimista, Évora de 2011 para 2017 perdeu quase 6% da população residente. É verdade que existem os saldos migratórios para analisar, mas um concelho cujo nível de atração de investimento é como o Sr. Presidente referiu ao nível de várias indústrias e atividades, “não bate a bota com a perdigota”. Se Évora tivesse de facto todas as características que trazem mais pessoas, com a fixação de população, estaria a crescer e não a decrescer.

A culpa não é deste Executivo, mas de um conjunto de circunstâncias económicas, das próprias opções das pessoas, mas é algo que deve preocupar os responsáveis. Os dados do INE de 2017 são provisórios, mas perder 6% para um concelho que nos censos de 2001/2011 foi dos poucos no Alentejo que mais cresceu, agora inverteu-se a tendência.

Não se reveem no otimismo do Sr. Presidente da Câmara, porque há dados muito importantes. Pode ter todas as infraestruturas e equipamentos, mas se não tiver população, não servem para nada.

A Câmara tem alguma responsabilidade porque pode intervir, nomeadamente no ordenamento e definição do uso do território dos solos. Na revisão do PDM e PUE que continua sem fazer. O custo da habitação em Évora é insuportável.

Qualquer pessoa que queira vir trabalhar para a Fábrica de Descasque da Amêndoa não consegue pagar 500/600€ por um T1 em Évora. Cabe à Autarquia ter planos de território que determinem terrenos a custos mais baixos.

Lembrou, que há 3 anos, defenderam que as freguesias rurais deveriam ter Planos de Urbanização com custos mais baixos de forma a permitir a fixação de população. Seria uma forma de contrariar a quebra da população rural e ao mesmo tempo trazer pessoas de outros concelhos.

Em relação ao Parque Escolar, continua tudo na mesma, a André de Gouveia, a Câmara já quer participar na obra, mas o Governo não avança com os valores mantendo-se tudo na mesma. O que o Sr. Presidente referiu hoje é igual ao que foi falado há dois anos atrás, o que significa que não se



evoluiu muito. Relativamente às questões dos Acordos com o Ministério da Educação, já explicaram as divergências em Assembleia.

No que respeita à questão financeira, leu um pequeno texto da ROC. A despesa não tem baixado, ao ponto de contribuir para os resultados apresentados, o que tem levado à melhoria económica e financeira da Autarquia, são os impostos e taxas que os eborenses pagam, e isso é dito pela empresa que faz o Relatório de Atividades. Em 2013, dizia a CDU, aquando da eleição do Sr. Presidente, que a questão de retirar os serviços técnicos do PITE era primordial, e trazê-los para edifícios do Centro Histórico. Seria importante perceber como está questão.

Há um aumento de quase 5% com fornecimentos de rendas e aluguer. Os aumentos do coeficiente de rendas foi de 1,12 para 4,81 faz uma diferença significativa. Perguntou se aqueles valores significam que a Câmara arrendou ainda mais espaços durante o ano de 2018, não indo de encontro ao que prometeu aos eborenses, de reduzir rendas e tentar fixar os serviços técnicos e outros nos edifícios da Câmara.

Seguiu-se a análise à Prestação de Contas de 2018 pelo Sr. **Bruno Martins**, em representação do BE que sobre a atividade municipal continua a achar pobres as formas de auscultação das populações. Pelos Caminhos do Concelho continua a parecer algo que fica bem na foto, mas cujas ações concretas de melhoria após a suposta auscultação, não se vislumbram.

Perguntou, para quando um documento que exprima clara e abertamente o que resultou de cada visita a cada Freguesia e o que foi depois implementado. Continuam a achar importante o envolvimento das populações e instituições na construção dos Orçamentos Municipais através do Orçamento Participativo. Continua a não ser clara e aberta a forma como se apoiam as Associações do concelho. Devem ser melhoradas as dinâmicas participadas de animação, modernização e motivação junto de todos os trabalhadores deste Município.

Continuam a considerar necessária a modernização do Mercado 1.º de Maio junto dos operadores e pequenos produtores, continua a não existir nenhuma intenção em torno deste pequeno mercado.

Continua a não existir um Plano Estratégico Cultural. Não vale a pena falar sobre o grande debate sobre a Feira de S. João, porque o suposto grande debate já chateia. Dizer que se fala da Comissão de Economia há 5 anos é muito curto. Onde está a avaliação do último “Artes À Rua” prometida à Assembleia Municipal, não foi entregue, logo não existe.

Nada tem sido feito sobre a igualdade de género. Referir iniciativas soltas é muito pouco. Continua a não existir Plano de Salvaguarda do Centro Histórico. Gostaria de ver bem explicitado qual o grau de culpa da DRCA porque é sempre chutada a culpa. Pergunta quando será elaborado um verdadeiro Plano Integrado de Valorização do Património, e ainda, como está a questão dos Cromeleques.

Não se vislumbra uma verdadeira ação em volta da imagem urbana e dos espaços públicos, passeios, mobiliário urbano, marcação rodoviária, iluminação pública. Não parece haver qualquer decisão no Plano de Viação e Trânsito na cidade.

Em relação à inversão positiva realçada positiva nos últimos trimestres da diminuição do prazo médio de pagamento a fornecedores. É um facto que no último trimestre de 2018, pela primeira vez, desde há quatro trimestres, que o prazo excedeu os 90 dias. É pouco justificar apenas por problemas administrativos, ou por problemas de pessoal e recursos humanos. Foi um problema trimestral ou é algum problema conjuntural.

A evolução de receitas em impostos diretos, tem sido clara, vindo reforçar a ideia objetiva que são os municípios a pagar os erros de gestão antigos e os brilharetes financeiros económicos do atual executivo. Em 2017, em impostos diretos foram cobrados 12,1 milhões de euros, em 2018, 14,4



milhões de euros mais 18,5%. Comparando 2015 a 2018 o aumento é de 25,27% em impostos diretos sobre os municípios. São os municípios que estão a pagar os erros da gestão passada.

Solicitou explicação em relação à dívida aos fornecedores que quase duplicou. Tendo em conta todos os factos referidos e ainda que aguardando algumas explicações que requereu, o BE não tem outra opção que não seja abster-se na votação da Prestação de Contas de 2018 apresentadas.

Na sequência da intervenção do Sr. Presidente, o Sr. **Adelino Fonseca** começou por fazer uma abordagem à Prestação de Contas de 2018, dividindo-as em duas componentes, uma sobre o Relatório de Atividades e outra sobre o Relatório de Gestão, de forma a não sobrecarregar com perguntas, afirmações ou comentário que dificultem o bom andamento dos trabalhos. É óbvio que o Relatório de Contas de 2018 não espelha na sua essência, apesar de estar bem estruturado, bem desgregado e bem explicativo no que vem desgregado, na explicação que pretende transmitir.

Tendo em conta a estruturação do Relatório de Atividades, em funções, subfunções, programas e projetos, sendo demasiado extenso, disse que se iria apenas abordar alguns projetos que para o PS parecem merecer uma abordagem, tecendo as seguintes considerações:

- Quando é dito no Projeto de Gestão Participado, refere-se que foram realizadas reuniões com pessoal não docente e professores das AEC'S no âmbito da resolução do quadrado de execução do Ministério da Educação. Perguntou quais as reações se verificaram e quais os inconvenientes colocados aos profissionais, porque os houve, como foi explicado a essas pessoas que em 2021 essas competências foram transferidas para a esfera dos municípios no projeto da Educação. Pode concluir-se e constatar-se que não houve nenhuma reunião da Comissão, à exceção da reunião da Tomada de Posse. Tendo sido uma matéria amplamente discutida em 2018, tendo em conta as preocupações com esta área pela CDU, não é de acreditar que a Comissão não tenha reunido.

- No Projeto Deporto e Juventude o Conselho Municipal reuniu quatro vezes. Perguntou destas reuniões, quais as conclusões e contributos porque não conseguiram encontrar no relatório, nem sequer se houve contributos relevantes e quais tiveram acolhimento no Pano de Atividades 2019.

- Quando é referido reunião da Comissão Municipal de Economia e Turismo, realizada em 29 de maio. É do conhecimento do PS que nada de relevante se avançou, tratando-se de área estratégica de desenvolvimento e crescimento económico e afirmação do concelho como o Sr. Presidente afirmou, como se justifica tão pouco ou nenhuma importância dispensada aos trabalhos da Comissão.

Só se pode concluir que nesta matéria a função de renovar o Município na subfunção gestão participada, partilhada e transparente. O Município não foi além de um mero exercício de intenções louváveis, mas cuja tradução se fica pela propaganda política (sem qualquer sentido depreciativo).

Independente das razões referidas, acredita que o Sr. Presidente concordará com o PS.

- Quanto ao projeto de descentralização das de Juntas de Freguesia, afirma-se as respostas dadas às freguesias do concelho em curso com as soluções presentes à Câmara. Só a título de exemplo a Junta de Freguesia dos Canaviais apresentou a proposta de projeto para a requalificação e ligação pedonal da Praça José Piteira à Escola. Passados dois anos e meio nada foi feito no terreno nem sequer nenhum contacto no sentido da intervenção em causa.

Acresce ainda o descontentamento de alguns presidentes de junta por considerarem que não existe processo de negociação de transferência de competências, sendo nas reuniões preparatórias confrontados com o produto final. No entender do PS, esta situação não é negociação, tal como o célebre caso da varrida a 8€, ainda agora desconhecido da Assembleia Municipal.

Em conclusão, a descentralização é para a CDU um ato unilateral, onde os interesses das partes são definidos apenas por uma. A convicção do PS, é de que este alerta mudará o paradigma, levará a que nada volte a ser como antes.



Os projetos de modernização das instalações municipais, a melhoria das condições de trabalho, a reestruturação das instalações municipais, do equipamento informático, o incentivar a aprovação de novos projetos. Não houve decisão e avançar com algum até dezembro de 2018. É ilustrativo a reestruturação das instalações municipais, podendo-se afirmar o mesmo relativamente ao equipamento informático que decorrido mais de que um exercício económico continua a ser beneficiando a substituição de material obsoleto, por equipamento atual e reflexos negativos na modernização dos serviços e na produtividade dos trabalhadores, o que não corresponde ao proposto, programado para 2018 onde se referia e que passou a citar “*contrariamente o projeto de negociação podemos considerar que o executivo cumpriu e se terá mesmo superado ao inicialmente previsto executar em PA 2018*”. Em conclusão, são colocadas questões das prioridades por objetivos que não são coincidentes com os do PS. As prioridades do PS são orientáveis para habitação, inovação, ação social, investimento público, educação. Nada disto é visível no Relatório de Atividades apresentado, o que significa que o executivo falhou.

Em relação à subfunção Reequilibrar Projetos e Medidas de Médio e Longo Prazo, o executivo CDU insistiu na renegociação do PAEL medida que no exercício de 2018 já se sabia que era inconsequente, resultando assim na perda de um ano, em relação ao procedimento em curso de aplicação em 2019, por proposta do PS, e que poderia ter sido executada em 2018, como o OE previa essa via de substituição. Perdeu-se um ano com custos, agravamento de impostos e prejuízos no concelho. Mais uma vez o executivo falhou e prejudicou todos os eborenses.

No que concerne à função Afirmar Évora pelo Património Cultura e Ciência, depois de uma leitura atenta, em todos os programas e projetos, foi constatado ter ficado muito aquém de tudo que constava no PA de 2018, à exceção, que ainda assim não merece a concordância do PS porque deve ser diversificada para todos os cidadãos, alentejanos, eborenses, portugueses em geral e turistas.

Em conclusão o PS é da opinião que aos elevados montantes financeiros gastos, não corresponde, quando o retorno que torna relação/custo em benefício favorável, não sendo defensor que a cultura deva ser economicamente gerida.

Analisando ainda a função Fomentar a Economia e o Emprego, sem colocar em causa os esforços desenvolvidos conseguidos em 2018. O investimento privado empregos privados cujo número não é relevante. O investimento público para criação de emprego, foi irrelevante, ou não se conseguiu detetar no Relatório de Atividades, quanto e como. Nesta linha estratégica de Investimento Municipal não é possível, Évora afirmar-se como Pólo de desenvolvimento e Metrópole da região ganhando capacidade de reivindicativa junto do Poder Central. À margem não é possível deixar de referir que passou mais um ano e as infraestruturas do acolhimento empresarial continuam como orientação de gestão invisível, quer para os empresários residentes, potenciais investidores e utilizadores em geral.

Em consequência do referido, os resultados da atividade empresarial, a disponibilidade de investimento, modernização industrial, criação de emprego, etc., já não é preciso dizer nada, está claro para todos as consequências desta questão. Quando se afirma no Relatório de Gestão e citou “*prossequimos o tratamento da situação caótica que encontramos no PITÉ avançámos para adequar e harmonizar os vários loteamentos ali incluídos e concluímos o acordo para a aquisição de terrenos com vista à ampliação do parque*”, a situação caótica era de um parque bem tratado, senhor Presidente, com amplas zonas verdes e agora só com mato, era de um parque com a situação processual em dia, com atribuições de acordo com o regulamento e controlo das situações em atraso, com processos reversíveis tratados de acordo com a lei sem prejuízo para o erário público e na defesa do investidor em dificuldades. Perguntou se hoje é assim caótico no entendimento da CDU e ou no entendimento dos empresários instalados ou dos que pretendem instalar. Se tiverem em conta o que lhes dizem os empresários, o Parque está de facto caótico, não é o Partido Socialista que diz, mas sabe o que uma



infraestrutura quer exemplo para outros municípios está irreconhecível, sem falar em falta de visão estratégica que se impõe em quadro regulamento municipal de atribuições no PITÉ e muito menos de a realizar, nesta matéria quanto a caóticos estão falados.

Em relação a mercados e feiras, é crónica a incapacidade de tomar a decisão por parte da gestão CDU, não vão comentar mas não podem conter um desabafo de desilusão e de alerta aos Eborenses para que parem para pensar e possam retirar as ilações dos prejuízos que tal incapacidade da carreta, é preciso ser forte e por esta via a CDU com sua gestão estratégica e planeamento futuro, Évora irá fazer um caminho de recuo, aliás que já acontece, e se não é tão visível deve-se à dinâmica do setor do turismo apesar do seu decréscimo de 3% de acordo com os números do Posto de Turismo, que vale o que vale. Quanto às restantes funções, nomeadamente Évora Solidária, qualificar cidades, vilas e aldeias, garantindo saneamento público, apraz-lhes registar um trabalho positivo na área do Desporto, e a recorrência da incapacidade de limpeza e higiene públicas, portanto nem tudo é mau, fazem também coisas boas, como é óbvio, a higiene públicas não se consegue despertar para uma gestão planeada em continuidade, com uma ótica de otimização dos recursos disponíveis e com companhias bem preparadas de sensibilização e da pedagogia aos cidadãos. Quis ali lembrar, e que gostaria também que o senhor Presidente esclarece-se a bancada do Partido Socialista, quais são os resultados que têm disponíveis, resultados de sucesso obviamente, sobre a campanha das beatas para o chão, porque viu as pessoas que aproveitaram os cinzeiros para porta moedas, e, portanto, se calhar a campanha terá tido alguma falha na sua execução.

Conclusão: em 2018 o Executivo CDU falhou nestas funções, com a exceção para as iniciativas pontuais do desporto que de facto marcaram a identidade de Évora. Não foi possível abordar tudo mas ficam na convicção de que o senhor Presidente dará respostas à bancada do PS, sobre as questões que lhe foram colocadas.

O Sr. **Frederico Carvalho** iniciou a intervenção referindo ter ouvido com toda a atenção a preleção do Sr. Presidente da Câmara sobre a apreciação de 2018 indo referenciar em primeiro lugar os aspetos que considera positivos, porque existem sempre aspetos positivos sendo necessário ter o discernimento de ter sempre que possível o copo meio cheio.

Alguns elementos mereceram a sua atenção, concordância e louvor. Saudou o equilíbrio económico financeiro conseguido, sendo um passo firme no caminho da estabilidade financeira da Câmara Municipal. Também saúdam porque também votaram em sede de Assembleia Municipal a integração de funcionários que estavam como precários. Saudou também a Candidatura Capital Europeia da Cultura pois há muito clamavam por essa força, essa convicção, essa candidatura.

Na verdade, realizaram-se um maior número de eventos culturais, que enaltecem como forma de estratégia complementar e de iniciativa para o desenvolvimento económico e sustentável do concelho. Efetivamente houve uma maior abertura às entidades locais e sociedade civil um diálogo com alguma firmeza que exigia uma participação especial, e que foram muito caros aos eborenses, a isenção do IMI no Centro Histórico e a linha ferroviária. Congratulou-se que o atual executivo se tivesse entendido com todas as forças políticas e antes de mais com os cidadãos.

Para finalizar, referiu aspetos que mereceram o mérito e uma saudação positiva e que lhe pareceu mais estruturante, e mais convincente, o Diagnóstico Juvenil.

Este trabalho, foi um trabalho de desenvolvimento sustentável e muito estratégico para o concelho, e ainda que tenha sido realizado com poucos recursos, foi feito numa lógica de parceria estratégica com a própria Universidade, com técnicos especializados na área de tratamento de dados estatísticos. Com este Diagnóstico Juvenil documento estratégico e incontornável para o futuro do nosso concelho, se pode fazer muito.



Na parte menos positiva, é precisamente isto que faz falta a tudo o resto, uma linha de raciocínio que junte o resto. Podia pegar no que referiu o Bruno Martins em relação à questão cultural, no Plano Estratégico Cultural concordando com a crítica do BE. Faz falta ainda independentemente de algumas medidas avulsas, mas positivas. É importante que o executivo pense efetivamente a cidade, pense nas necessidades, faça o diagnóstico em conjunto com as forças vivas da cidade e do concelho e dê o salto em frente conseguindo ter objetivamente medidas que façam Évora voltar a ter a dimensão que outrora teve.

Este é um dos pontos que consideram, deve ser aprimorado. Ainda assim há outros aspetos que merecem algum inconformismo. Sentiu-se que 2018 foi um ano que a Câmara não esteve ainda há altura do ponto de vista da capacidade de investimento, porque não tem mesmo capacidade de investimento par as necessidades do concelho e das suas gentes.

Em relação á captação de receitas, é escassa e quase toda feita através de carga fiscal, sendo os eborenses que estão a pagar a receita da Câmara. Do ponto de vista do PAEL esperam receber uma boa novidade. Parece que afinal há solução e não muito difícil.

Continuaram a assistir em 2018 a escolas em dificuldades, mesmo as do ensino básico. Continuou a viver-se em 2018 acessibilidades com absolutos constrangimentos na mobilidade rodoviária na cidade. É sabido que é um diagnóstico feito pelo atual executivo, mas que urge combater ou mitigar, os efeitos que o constrangimento provoca no fluxo, e no constrangimento económico, na fixação de pessoas.

Na área do desporto há muito mais a fazer, sente-se quando falam com coletividades desportivas, agremiações que referem que o apoio do executivo se baseia no empréstimo de viaturas e por vezes a uma pouco logística. É necessária capacidade mesmo que seja apenas criativa, que consiga dar algo mais a estas forças vivas da cidade, que prestam um valor inestimável aos jovens e menos jovens na atividade física e no desporto de competição.

Sobre os serviços municipais continuam a achar que há muito a fazer na sua otimização. Concordam que os serviços sejam devolvidos ao centro da cidade de forma a dar-lhe de novo vida, agilizando-os ao mesmo tempo. Definitivamente, 2018 não foi o ano. Desde a primeira hora que foram eleitos se têm batido pela importância de mitigar a desertificação das freguesias rurais. Efetivamente 2018 não foi um ano que primasse, com medidas de combate nesse sentido. No seguimento da estratégia falada, que o PDM fosse discutido, como documento estratégico que é para a cidade e concelho, mas até ao momento não foi aberta a discussão, acreditando que na pior das hipóteses aconteça no último trimestre de 2019. Como já foi referido, há uma perda efetiva de população, de 2011/2017 a cidade perdeu aproximadamente 3.500 habitantes, valor manifestamente alto.

Há muito a fazer na área da atratividade de pessoas para o concelho. Existem muitos dados, que devem ser revistos e alterados. 2108 não foi um ano positivo no elencar de tudo que já foi referido, tem como “cereja no topo do bolo” a Feira de S. João, que reflete, ou a falta de estratégia no computo geral do que se deseja para o concelho.

No seguimento de todas as considerações, não esquecendo a necessidade de revitalizar e reinvestir no Centro Histórico, o facto é que 2018, sendo o ano do IFRRU, deixa muito a desejar do ponto de vista de requalificação e reabilitação do edificado intramuros.

Terminou, referindo que se iria abster na votação.

Seguiu-se a intervenção do Sr. **José Maria Figueira** que começou por dizer que da parte da CDU obviamente se congratulavam com o percurso de recuperação económico-financeiro que o Executivo Municipal colocou em ombros no sentido de atingir o equilíbrio económico-financeiro que está traduzido nos resultados apresentados, referentes a 2018. Nomeadamente os resultados operacionais



positivos, que há muitos anos não se verificavam na Câmara Municipal de Évora no valor de 362 mil euros, como o Sr. Presidente referiu. E nos resultados líquidos de exercício no qual dadas as atuais regras contabilísticas, nunca tinham existido no município em valor superior a 2 milhões de euros.

Não cabe à oposição, valorizar o trabalho que o executivo está a fazer. Compete ao executivo apresentar os elementos que constam do Relatório de Atividades e no Relatório de Contas, que são indesmentíveis, dado que são fiscalizados pelo Tribunal de Contas, logo o que neles é referido, é a verdade. E, quer se goste quer não, a dívida do município foi diminuída em mais de 30% entre 2013/2018. Este esforço de diminuição da dívida em 27 milhões de euros, não pode de forma nenhuma ser escamoteado.

O Executivo Municipal e o seu Presidente, começa a dar os primeiros passos para o desenvolvimento de outras iniciativas, outros projetos, sendo que estes indicadores, como o caso do endividamento, ainda está em 8 milhões de euros, mas que como bem se lembram, há anos atrás era cerca de 30 milhões de euros o excesso de endividamento.

Voltou a afirmar que não reconhecer o esforço referido, e olhar somente para os aspetos que consideram menos positivos, no quadro do que seriam as opções vindas do desenvolvimento do trabalho do Município de Évora, se tivessem à frente do Executivo, será tomada como uma questão natural. Se nós fossemos oposição, possivelmente faríamos o mesmo papel, mas o facto é que os números foram apresentados.

Assinalou, e reforçou o trabalho que o Executivo Municipal tem vindo a desenvolver, acreditando que, com certeza, terá os contributos dos Vereadores da Oposição, no seu trabalho para a melhoria desta situação. Porque somos todos os que aqui vivemos e que nascemos, que beneficiamos com toda as melhorias. Afirmou não se importar de pagar mais impostos, desde que sejam aplicados no desenvolvimento da sua região, cidade, concelho ou do seu país. Mas há que ter consciência que temos estado a pagar dívida herdada. Se, se olhar para o crescimento dos juros. Neste momento, o caminho é inverso. Estaria preocupado, se o caminho fosse o seguimento do que passava em 2013.

Se assim fosse, a situação seria de bancarrota acelerada em relação á situação.

Relativamente às questões levantadas sobre a demografia e quebra da população, acredita que é uma preocupação de todos, não sendo este um fenómeno apenas de Évora cidade, é sim um fenómeno do Alentejo.

Em 1991, no Alentejo histórico, dos 47 concelhos, residiam 549 362 pessoas, e o cenário para 2021 é que se irão perder cerca 100 000 pessoas no Alentejo histórico nos 47 concelhos. Continuando assim, na região do Alentejo 450 298 pessoas, este fenómeno é que deve preocupar, porque continuando assim, o Alentejo perde 18% da população entre 1991/2021.

Acredita que se está continuamente numa ausência de estratégia para evitar a desertificação. Basta apenas comparar o que foi a atual Revisão do Plano Nacional das Políticas de Ordenamento do Território, com o anterior programa que estava em vigor, para se verificar o abandono das regiões do país.

E quanto ao Programa Nacional de Investimentos, para o Alentejo encontramos Sines e pouco mais, todo o resto do território, são carteiras de investimento sem compromisso. Em relação ao Portugal 2021/2027, já alguém pensou se vai haver PORA, a informação que vai chegando de Lisboa é de que não vão existir Programas Regionais. Parece que irá recair tudo num Programa Nacional.

Estas situações têm que ser denunciadas, são elas que têm influência no desenvolvimento das regiões. Quando o Diretor Geral da União Europeia é interrogado se vai haver Planos Regionais de Ordenamento, como PORA, Desenvolvimento Regional do Alentejo, Desenvolvimentos Descentralizado dos Fundos Comunitários, não respondeu.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

É sabido sim, que vai haver menos 10% das transferências dos Fundos Comunitários para o País. Não são as 47 Câmaras do Alentejo nem de outras regiões que têm culpa. A culpa é de quem está a olhar para o lado e não ter cuidado com estas situações, que vai ter reflexos ao nível da atratividade e fixação das populações. Cada vez mais o litoral fixa pessoas ao contrário do interior. No interior qual é política, eliminação de serviços, eliminação de escolas, eliminação de centros de saúde? Por todas as razões que apresentou, considerou que todos juntos devem refletir sobre esta situação. A terminar, referiu que a propósito do PAEL, enquanto uns trabalharam para trazer o PAEL para dentro de Évora, outros andaram e continuam a trabalhar para o tirar de cá. O PAEL foi a “TROIKA” nacional para dentro das Câmara Municipais. Este tem que ser um trabalho reconhecido como positivo do Executivo Municipal. Não reconhecer é uma atitude que respeita e só entende como papel da oposição.

Nova intervenção do Sr. **Presidente da Câmara** que disse fazer os possíveis por responder a algumas questões, começando pela questão que considerou mais importante:

- Em 2013 a Câmara estava em falência técnica. Sem resolver o problema das contas, não havia planos estratégicos, não havia investimentos, não havia nada que pudesse ser feito.,
- Se tivesse que se continuar a ir buscar dinheiro á tesouraria para meter gasóleo nos carros do lixo, pensar num investimento, obviamente era uma absoluta quimera. Não havia sequer dinheiro para pagar aos fornecedores de Évora, ás empresas de Évora a quem se devia muito dinheiro, que batiam a todo o momento à porta do Município.
- É óbvio, que uma das primeiras prioridades, era por boas contas no Município, sem boas contas, não há política que resista. Não é possível ter qualquer estratégia, não é possível fazer investimentos,
- A prioridade das contas era essencial, por isso foi tomada. Cada um terá a sua opinião, nada do que havia foi escondido, foi dito.
- Quando a CDU ganhou, tinha um plano que previa a redução do IMI no primeiro ano, o que não foi possível fazer, Porquê? Porque a redução do IMI ou outros impostos teriam implicações na recuperação financeira da Câmara, tornando-a mais lenta, mas far-se-ia na mesma.
- Foi possível fazer, e termos a Camara económica e financeiramente equilibrada.
- Esta situação é algo muito relevante que tem que ser sublinhado. É o que permitiu criar a base, a margem que existe neste momento para se poder ir buscar dinheiro para investimentos, e para o desenvolvimento das diversas atividades, que de outra forma seria impossível.

De seguida, referiu as seguintes notas:

- O Parque de Caravanas, está a funcionar ao pé da Aminata, diariamente está cheio de caravanas, houve alguns problemas, que se conseguiram resolver e o parque está a funcionar em pleno;
- Afirmou não saber exatamente qual foi a reversão do lote de terreno, que se arrastava há 20 anos, e o terreno voltou para a Câmara;
- Uma das questões que sempre disseram e que voltou a repetir, é que a rede viária é um problema que a Câmara não tinha e não tem capacidade para responder às necessidades da rede viária. Nem Évora, nem a maioria dos Municípios. Por essa razão, em termos nacionais tem sido discutido este problema e o próprio Governo anunciou, mas não conseguiu, a reprogramação da EU pudesse haver verbas para a rede viária, mas não o conseguiu. Porque é um problema Nacional, não é um problema das autoestradas, mas sim da rede viária secundária, que precisa de investimentos de milhões de euros. Mas vamos ter condições para fazer mais do que foi feito, porque temos outras condições económicas. A Rua Mendo Stevens é uma das que precisa ser arranjada, está colocada no PEDU, e financiada, neste momento espera-se, como diz o Regulamento que “para se poder intervir com financiamento na



Rua Mendo Estevens é necessário que exista uma obra de requalificação numa habitação da rua”, para nos darem o dinheiro. Estão atentos e tentam dar uma resposta a todas as situações, mas é impossível.

- Referiu que o Relatório não se limita a memorizar o que fizeram, põem o dedo nas feridas no que está mal no concelho e das próprias responsabilidades que têm. Está escrito, não fogem a nada. Sempre foi algo que fizeram de forma transparente e clara. Nunca “sacudiram a água do capote”, podem não concordar, mas não deixam de apontar o dedo ao que está mal, mesmo quando se trata do que fizeram ou deixaram de fazer. Gostava que lhe explicasse como através do PDM se consegue baixar o custo das urbanizações e habitações.

O Sr. **Nuno Alas** respondeu que baixaria o custo da produção se construir em altura, prédios com 3/4 andares. Não se fazendo no Centro Histórico de Évora porque a Câmara pode aumentar os índices de construção em determinadas zonas. Poderia tentar fazer dessa maneira. Isso foi feito com Cooperativas na década de 80. Pode continuar a fazer. Dizer que não se pode fazer nada é que não é verdade.

O Sr. **Presidente da Câmara** voltou a usar da palavra para referir que relativamente há habitação é necessário haver uma política que resolva os vários tipos de habitação e garanta o essencial, que os dois largos setores da população que não têm acesso à habitação, os chamados “carenciados” continuam a não ter dinheiro para aceder a habitação. Neste momento existe uma faixa de pessoas, trabalhadores, com o salário mínimo, que também não têm acesso à habitação. O grande problema é a falta de rendimentos para chegar a qualquer tipo de habitação. Se o custo de habitação do mercado for demasiado alto, há duas hipóteses, a vossa é deixar o mercado funcionar, a nossa é que o Estado tem que intervir de forma a conseguir contornar a situação. Tem que haver uma política de intervenção, de oferta de habitação pública, para resolver as questões com que se depara no dia a dia.

Foi dito claramente que Évora não precisa baixar a despesa. Precisa melhorar a despesa de investimento, e mais despesa de outro tipo para Évora, de forma a dinamizar Évora, o que não é pela via do investimento nacional. Em Évora é preciso mais, é preciso haver capacidade para dinamizar a Cidade, quer ao nível de investimento externo, quer interno, é preciso discutir como aplicar a despesa e aí existirão diversas formas para se chegar a acordo.

Relativamente ao Centro Histórico, o projeto foi terminado, para a recuperação da antiga rodoviária. Os serviços da Fiscalização Municipal já estão no Centro Histórico, e os restantes serviços municipais, também virão.

Apesar de já ter referido várias questões de participação, iria lembrar que, relativamente aos Caminhos do Concelho, que se realizou na Malagueira saíram várias consequências, sendo que a Câmara tomou três decisões em consequência dessa reunião com a população da Malagueira – recuperação das Condutas da Malagueira - está a ser recuperada; Intervenção na Rua do Arrife – o processo foi colocado a concurso, infelizmente não houve nenhuma empresa que fizesse o trabalho, mas está tudo a ser preparado; Foi solicitada a intervenção na zona das doze casas degradadas foi feito o projeto para arrancar com o trabalho. Estas intervenções foram solicitadas pelos moradores quando o Executivo lá esteve. Foram situações concretas que ouvimos, discutimos e tornámos em políticas concretas.

É verdade que muito mais há a fazer, mas estes são apenas exemplos de questões que foram levantadas. Em relação ao Plano de Salvaguarda, referiu que o problema não tem sido com a Direção Regional, há discussões e desacordos relativamente a algumas questões. As últimas informações, são no sentido de que se aguarda que Lisboa se pronuncie, sobre um conjunto de propostas.



O Executivo tem procurado intensificar a questão política, porque a questão técnica tem andado a passo de caracol. Trata-se essencialmente de uma questão política que tem que ter uma solução política. Pensa ser um problema complicado.

Cromeleque dos Almendres, o acordo com o proprietário existe, faltando apenas traduzir o acordo a escrito, sendo para que o Cromeleque seja cedido em comodato durante um elevado número de anos, sendo possível a Câmara intervir no acesso, que é privado, ao Cromeleque, podendo vir a ser pública a estrada que leva aos Cromeleques.

Relativamente à Habévora existe um problema. A Habévora nos últimos anos tinha 10 mil euros para fazer investimentos. Logo não tinha capacidade para fazer qualquer investimento. Como era impossível a Câmara subsidiar a Habévora, esta não tinha possibilidades de fazer quase nada do que era necessário.

Neste momento começamos a ter possibilidades de poder financiar a Habévora, como aconteceu no final do ano, foram entregues 300 mil euros á Habévora, que podem ser utilizados para investimentos de construção de habitação. O prazo médio de pagamento é mesmo assim, porque não havia capacidade para responder. Foi um ligeiro aumento que leva ao mesmo tempo a tentar encontrar soluções que permitam ultrapassar a situação.

O equilíbrio das contas, permitirá ter outras dividas que até ao momento não foi possível ter. A partir de agora será possível outras dividas que a seu tempo serão apresentadas e discutidas.

Da intervenção o Dr. Adelino Fonseca tirou várias conclusões, por seu lado tiraria apenas as seguintes conclusões:

1 - De facto a CDU não pratica a política do PS, é verdade, o PS tem a sua política, as suas convicções e é verdade que seja dito;

2 - Também é verdade que rompeu com a política praticada pelo PS em 2013. Tiveram um conjunto de problemas relativamente a um conjunto de áreas em que não conseguiram fazer tudo que queriam, foi verdade e dizem-no. Têm dificuldades, erram, e assumem, mas não tiram conclusões.

3 - Questão da Descentralização para as Freguesias – de início foi definido, quando o PS cortou às verbas para as Freguesias 20% , a CDU assumiu um compromisso em 2014 de que o aumento ou redução de verbas para as Freguesias, seria o aumento ou redução do OE, que foi cumprido rigorosamente, sendo que houve alguns anos que se foi além do que se havia prometido, aumentando as verbas para as Freguesias.

Por outro lado, as inúmeras negociações levaram relativamente a um aumento para os cemitérios, relativamente diferente ás do OE. Não esquecendo que uma negociação é uma negociação.

4 - Em relação ao PAEL, o PS referiu-se ao PAEL que deveria ser tratado daquela forma. A CDU sempre disse que o PAEL era mau, que era necessário sair do PAEL. Trabalharam e depois de se conseguirem ver livres do PAEL, o PS diz que foram eles que trataram do assunto e que resolveram o problema PAEL.

Dizer, depois de tudo que se sabe, que a CDU penalizou os eborenses, quando o PS deixou uma hipoteca por 20 anos aos eborenses, de impostos, taxas, tarifas e preços no máximo, é ter vistas curtas,

5 - Relativamente aos números de visitantes no Posto de Turismo, terem baixado nos últimos anos, é normal. A tendência é reduzir cada vez mais o número de turistas no Posto de Turismo. Como é do conhecimento geral, hoje, com o telemóvel, definem-se os circuitos que se desejam fazer a partir de casa. Assim, a tendência será o desafio, de saber qual a modalidade futura de Postos de Turismo, porque os tradicionais não irão continuar a funcionar. É essa inovação que a Câmara está á procura com a intervenção que se está a fazer no Palácio Dom Manuel.

6 - Em relação ao pouco investimento, a meta é ir a pouco e pouco conseguindo investir mais. Mas é necessário ser realista e não criar expectativas às pessoas de que se irá passar do 8 ao 80.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Iremos ter mais capacidade, mas não a toda a capacidade necessária, pelo que será sempre necessário recorrer aos Fundos da UE, que nem sempre correspondem a prioridades e necessidades existentes. Há ainda a questão de áreas, em que não há investimento interno, em que é necessário fazer investimentos, tendo que se decidir com que verbas se vão fazer.

7 - O apoio aos Clubes Desportivos é conhecido. Quando em 2010, a Câmara foi declarada em insolvência, foi proibida de atribuir subsídios, situação que se mantém até ao momento. De momento é preciso ultrapassar esta posição para poder atribuir subsídios aos agentes de novo. Há a perspetiva de se começar a dar outros apoios aos agentes que são essenciais-

8 - A questão do PDM já foi falada, mas relativamente à questão da Reabilitação do Centro Histórico, muito se poderia falar, mas apenas iria dizer que “*nunca houve em Évora tantas obras em simultâneo de reabilitação de casas no Centro Histórico*”, o que mostra a dimensão da reabilitação que está a acontecer no Centro Histórico. Poderá dizer-se com razão, que há muito mais a fazer.

Sentindo-se impelido a nova intervenção o Sr. **Jerónimo José** afirmou não estar esquecido da situação referente à forma de cálculo dos 8€, por ser diferente de todas as outras formas de cálculo das restantes freguesias. Sobre isso não houve resposta, não houve evolução nem qual o sentido.

Pelo que percebeu o que o seu colega de bancada quis referir que o ano passado, que o documento que está agora a ser apresentado já referia a possibilidade, do executivo escolher uma opção de Plano Divergente. Sendo que nesse ano havia escolhas. Em 2011 existiam circunstâncias que não podem ser descontextualizadas financeiramente, que não permitiam alternativa ao PAEL. Na altura não havia hipótese de recorrer à banca e o estado só dava financiamento pela via do PAEL. Terminou referindo estar farto de ouvir falar na dívida, e de toda a conversa da manipulação, etc.

Gostava de ouvir uma clarificação sobre o que aconteceu em relação aos cálculos e se há alguma coisa pensada para contratos negociados com as freguesias, na perspetiva do Sr. Presidente da Câmara.

O Sr. **João Simas** interveio para se referir às obras no Centro Histórico. Afirmou ver muita obra, mas não se trata apenas “ver obra”, há indícios de outras coisas. Conhece empresas credíveis, que fazem reabilitações, que já não aceitam encomendas para os próximos dois anos.

Vê-se que a cidade está a mudar, felizmente.

Nova intervenção do Sr. **Adelino Fonseca** para dizer ao Sr. José Figueira que tem muito respeito e consideração pela oposição. Todos têm respeito uns pelos outros, como não podia deixar de ser.

O PS valoriza o que é de valorizar, o que não é de valorizar não valoriza.

Quando fala com muita ênfase em relação à dívida herdada, também deve dizer, que é a dívida, que o PS herdou, quando tomou a governação da Câmara, herdámos mais do que a que nós PS deixámos. Essa é que é a dívida herdada, não só a dívida do PS. É a dívida do PS, mais a que a CDU deixou.

O Sr. Presidente tem uma excelente memória, pelo que quando se refere ao PAEL, tem a certeza que se lembra bem, que o PS apoiou a proposta para o Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2019. E, que o Sr. Presidente propôs uma negociação aos partidos representados na Assembleia Municipal, sendo a primeira posição do PS a negociação do PAEL, de acordo com meios legais em vigor.

O Sr. José Figueira referiu o problema demográfico. Esse, é um problema nacional, o que não invalida que haja políticas locais para inverter esta tendência. Quais são as políticas locais desenvolvidas pelo atual executivo nesta matéria tão importante e preocupante para todos.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Custa a acreditar-lhe que o Sr. Presidente não soubesse que existia o PAEL na Câmara quando fez o seu programa para pensar em reduzir o IMI. Não acredita que a CDU com a preocupação extrema, de excelência em saber e controlar o que se passa na vida do Município da Cidade de Évora.

Em relação ao Relatório de Gestão.

O Sr. **Bruno Martins** iniciou a intervenção referindo que sobre o que mencionou sobre “Os Caminhos do Concelho” considerou ser muito bom dar frutos, e seria também muito bom que nos documentos de Prestação de Contas se conseguisse encontrar claramente as atividades que a Câmara executou resultantes dessa participação popular. O executivo só teria a ganhar e os munícipes de terem essa informação de forma tão clara.

Não respondeu ao relatório prometido à Assembleia Municipal sobre o “Artes à Rua”, gostaria de saber quando vão ter acesso ao relatório.

Por acaso sabe onde se encontra o Parque para as Autocaravanas, o que não sabe, mas sim, sabe onde estão as famílias de etnia cigana que ali estavam, o que também o preocupa bastante.

Em relação á afirmação da bancada da CDU, também não se importa de pagar impostos, aliás, de acordo com a sua matriz ideológica, desde que esse aumento se traduza diretamente numa redistribuição e na existência de benefícios em investimentos públicos que a todos beneficie.

Nunca defendeu, nem a nível Regional nem Nacional, um aumento de impostos para pagamento de uma dívida, da qual os cidadãos não têm qualquer culpa.

A intervenção da CDU reforça muito o trabalho do executivo municipal na redução do endividamento. Ficaria bem à CDU reforçar o papel que os munícipes têm tido de forma muito injusta na redução da dívida-

Entre 2009/2013, a média de cobrança de impostos cifrou-se sempre entre os 8 e 10 milhões de euros. No Relatório atual 14,4 milhões de euros.

Tendo em conta a média do passado, nos cinco anos anteriores, cobraram-se nestes seis anos mais 15,7 milhões de euros em impostos diretos, comparando na média do período homólogo transato. Considerou que nestes números estava a chave da recuperação económico financeira do município. Deve ser assumido claramente se é uma opção. Se não for opção, poderão dizer diretamente que obrigação fruto do PAEL.

Não menosprezando o trabalho do Executivo Municipal, pois sabem bem como o Executivo PS anterior deixou o Município, em que os que impostos cobrados não serviam para baixar dívida, pelo contrário a dívida só aumentava.

Terminou, referindo que ficava bem reconhecer que havendo impostos e taxas máximas nenhum dos resultados apresentados seria possível.

Voltou a lançar o desafio que lançam desde o início, que o Executivo Municipal apresentasse à Assembleia Municipal as contas, como seriam, se fosse possível, como prometeram aos eborenses.

Também o Sr. **Nuno Alas** interveio começando por referir que tratar a demografia como uma fatalidade no Alentejo, tem que ser contrariado, mesmo não tendo todo o sucesso.

Relativamente há habitação, considerou existir uma grande diferença em relação a “altura”, não são arranha-céus. Se for lançada a discussão dos instrumentos do território nessa altura poderá ser discutido melhor esta questão, socorrendo-se de quem possa encontrar uma solução de habitação mais barata para Évora.

Não pode alguém que trabalha, com um salário médio, pagar uma renda em Évora.



Em terceiro lugar, referiu novamente o aumento de 4,81% em rendas e alugueres, pelo que perguntou se houve novos arrendamentos de prédios urbanos e alugueres em Évora em 2018, ou são referências a alugueres operacionais de viaturas e outros.

De novo no uso da palavra, o Sr. **Presidente da Câmara** disse que iria ser telegráfico.

1 - Relativamente às Freguesias, o que se comprometeram foi num processo que permitisse em termos globais deixar claro e objetivo os valores para a descentralização.

É o que têm estado a fazer em momento anterior às freguesias, as opiniões das populações foram ouvidas as divergências, sendo o caminho o de clarificar as verbas. O mesmo trabalho está a ser feito em relação a todas as questões:

2 - PAEL, em relação ao ano anterior, o Executivo não abdicou de nenhum poder do PAEL. Mas para substituir o PAEL era necessário que houvesse disponibilidade da banca, para poder corresponder a esses valores com juros melhores. A Câmara reuniu com o banco que podia ajudar, a CGD, o banco público, que o ano passado não respondeu e este ano nem sequer veio a concurso, o que é espantoso. Foi feito quando podia ser feito para obter juros melhores.

3 - Sugeriu ao Sr. Adelino Fonseca que fossem lidas as Opções do Plano antes do chumbo, estava lá escrito a questão do PAEL. Só tem que ser lido.

Relativamente à Dívida Global, em 2014 foi registado, não estavam registados 3,203 milhões. Foi necessário fazer uma informação, documento a documento para perceber como aparecia esta dívida à Câmara. Foi discriminado o valor da dívida, em 2014, cerca de mais 2 milhões em 2015 e ainda mais. Todos os valores estão identificados. Em 2013, investimento nem para atividades correntes, havia possibilidades.

Já explicamos as despesas de capital e o problema de termos que inflacionar a rubrica pelas questões de obrigações do POCAL, pelo que não iria repetir.

4 - No que concerne à relação com a Águas de Portugal, é tudo uma manobra contabilística. Andaram a discutir durante os últimos dois anos o simples número de 95 milhões de euros que foram pagos até ao final do ano passado do contrato feito com as Águas de Portugal.

5 - Em relação ao relatório do “Artes à Rua”, foi apresentado à Câmara, teve muitas críticas e considerado fraco. Entendeu-se que poderia ser melhorado, é o que está a ser feito.

6 - A questão levantada em relação ao parque das autocaravanas, relacionada com as etnias ciganas, como é do conhecimento de geral, a Câmara é acusada “por ter cão e não ter cão”, Quando as famílias ciganas arranjam casas na Habévora é um problema porque se está a dar casas a famílias ciganas e vão sempre batendo. No último concurso mais de metade das casas foram entregues a famílias de etnia cigana, de acordo com os regulamentos existentes, e estão a ser procuradas soluções para as 8 famílias que são residentes no concelho para as quais ainda não se conseguiu encontrar solução. Não aceitamos, porque não podemos aceitar exceto em casos justificáveis como questões de saúde ou familiares, que se imponha à força a presença que pessoas que não são do concelho, que nunca estiveram no concelho, mas que, em determinadas alturas entendem, que devem forçar uma posição, porque em Évora estão a ser distribuídas casas.

A Câmara tem vindo a acompanhar a situação através de uma Unidade de Rede que tem feito um trabalho muito positivo.

7 - Em relação à Receita Fiscal e aos números referidos pelo Sr. Bruno Martins lembrou que a mesma não pode ser vista apenas em termos absolutos como ele referiu. É importante saber como foi a evolução da dívida e da receita fiscal. É verdade que houve essa receita fiscal, não por razões determinadas pela Câmara, mas fim determinada em termos nacionais. A única taxa que a Câmara



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

determinou, foi a redução do IMI, há dois anos de 0,5 para 0,45, porque nessa altura, as contas da Câmara o permitiram.

8 - Relativamente às questões da habitação barata, entende que para poder haver uma oferta a este nível é necessário que ao mesmo nível haja investimento público, não sendo o mercado que resolve a situação. Mas também sabe que existem outras soluções que podem ser encontradas, mas se houver a vontade nacional de resolver o problema, ele será resolvido.

Em Évora há 140 famílias carenciadas, pelo que o problema se poderá resolver. Não houve, novos arrendamentos.

Mais uma vez o Sr. **Adelino Fonseca** intervém para lembrar que estão a avaliar e a tratar do exercício de 2018.

Ficaram duas questões sem resposta que para o PS, são muito importantes e que são: o montante gasto em trabalhos especializados e o montante gasto em comunicação que é muito expressivo. O PS gostaria de ter sido elucidado como foi gasto esse dinheiro.

Ao iniciar as respostas às perguntas feitas pelo PS, o Sr. **Presidente da Câmara** agradeceu ao Sr. Adelino Fonseca o respeito que tinha pela sua boa memória, mas não tem memória para registar todos os movimentos contabilísticos da Câmara, pelo que terá que ir verificar nas contas as verbas porque, como é óbvio, não consegue dizer o que se gastou em cada uma das rubricas.

Dois anos e meio, já basta com a desculpa da dívida, começou por dizer o Sr. **Ananias Quintano**, como foi dito, de momento as contas estão boas, pelo que ficam à espera de boas obras, mas que seja só até 2021.

Relativamente ao Plano de Atividades apresentado, concluiu-se que muito ficou por fazer, concluiu a bancada do PS que o Executivo falhou, ao demonstrar incapacidade ao não executar as suas próprias propostas, não cabendo as mesmas no Plano para 2018.

Em relação ao Relatório de Gestão, também foi dito pela bancada do PS, ser estrategicamente incompreensível em matéria de gestão de compromissos futuros é perigoso.

As prioridades e objetivos referidos pelo Executivo nada têm a ver, com o PS como tem sido referido. Por tudo que ficou dito, e porque também nos documentos se pode comprovar e perceber a razão de alguma estagnação que se tem instalado no concelho a bancada do PS vai abster-se

Findo o debate sobre os Documentos de Prestação de Contas de 2018, o Sr. **Presidente da Assembleia** colocou à votação, tendo sido **aprovado por maioria**, com 15 votos a favor (14 de CDU e 1 do MMPI) e 18 abstenções (13 do PS, 3 do PSD, 1 do BE e 1 da Coligação “Afirmar Évora 21”).

### **PONTO 3 - 1ª Revisão ao Orçamento (Despesa e da Receita) e às Grandes Opções do Plano de 2019.**

Depois da apresentação da proposta pelo Sr. **Presidente da Câmara**, da 1.ª Revisão ao Orçamento (Despesa e da Receita) e às Grandes Opções do Plano de 2019, referiu que a mesma cumpria o preceito legal de transferir o saldo de 2018 para 2019.

Não havendo intervenções o Sr. **Presidente da Assembleia** colocou a proposta à votação, tendo sido **aprovado por maioria**, com 16 votos a favor (11 da CDU, 2 do PSD, 1 do BE, 1 da Coligação “Afirmar Évora 21” e 1 do MMPI) e 12 abstenções do PS.



#### **PONTO 4 - Contratação de um empréstimo para substituição de dívida do empréstimo do PAEL / Relatório Final de Avaliação de Propostas.**

O Sr. **Presidente da Câmara** chamou a atenção para a proposta que esperava apresentar há bastante tempo, que foi colocada também nas Grandes Opções do Plano de 2019.

Foi possível fazer o empréstimo e fazer opções favoráveis com redução do juro, que permitirá (não havendo questões de maior), pagar integralmente o PAEL e deixar cair as condições impostas pelo PAEL. Pensa ser uma boa solução para o Município e munícipes.

Em relação a esta proposta, o Sr. **Jerónimo José** referiu ficariam a aguardar, para no final do ano os benefícios sejam refletidos para os munícipes. Por ser uma opção do Executivo o PS irá viabilizar sem deixar de dizer que não querem o protagonismo da decisão, da opção, que é mesmo do Executivo, dos diferentes instrumentos legais existentes e disponíveis.

Também o Sr. **Frederico Carvalho** interveio para referir que a única dúvida que tinha se prendia com as formalidades, se a partir deste momento o Município recuperava a autonomia.

Respondendo, o Sr. **Presidente da Câmara** disse que em 2013 foi assinado um contrato entre o Município e o Governo Português, que tem sido acompanhado pela DGAL. O que vai ser feito é a liquidação completa do contrato. Cessa o contrato por completo. As condições existentes no contrato deixam de existir. Não se recupera a totalidade da autonomia porque ainda há indicadores, como o excesso de endividamento, que ainda impõe algumas restrições. Mas o maior conjunto de restrições desaparece.

Não se verificando mais pedidos de palavra, o Sr. **Presidente da Assembleia** colocou a proposta à votação, tendo sido **aprovada por maioria**, com 16 votos a favor (13 da CDU, 1 do BE, 1 da Coligação “Afirmar Évora 21” e 1 do MMPI) e 16 abstenções (13 do PS e 3 do PSD).

#### **PONTO 5 - Delegação parcial de competências do Município de Évora na Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central (CIMAC).**

O Sr. **Presidente da Câmara** começou por referir que os municípios foram constituídos autoridade de transporte, e exercerem essas competências, na área dos respetivos concelhos.

Em termos da CIMAC foi discutido fazer sentido haver uma gestão por todo o Alentejo Central. Própria no distrito de Évora e não que cada um fizesse a gestão por si, por permitir por um lado ganhos de escala e por outro, maior integração dos transportes em todo o território. Assim, os catorze municípios acordaram que essa gestão devia ser comum, em conjunto e feita na CIMAC, pelo que é necessário que cada um dos municípios delegue na CIMAC as competências para que assim possa exercer as competências da autoridade de transporte no território do Alentejo Central.

Évora tem uma particularidade, há transportes urbanos na cidade e com contrato de concessão o que não acontece em mais nenhum concelho.

O contrato de concessão vai continuar na Câmara de Évora pelo que vai continuar a gerir o contrato de concessão que tem com os transportes urbanos, esta é a razão porque é parcial a concessão em Évora.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

A primeira medida tomada foi relacionada com o programa de redução tarifária face às verbas transferidas para a CIMAC do OE cerca de 290 mil euros que vão permitir reduzir os passes que não são apoiados atualmente em termos rodoviário.

É previsível que aumente o número de utilizadores dos transportes públicos. No caso dos transportes urbanos de Évora, o Município vai receber o que corresponde exatamente o valor que corresponde aos transportes urbanos, que vai permitir fazer redução nos passes não apoiados nos transportes urbanos de Évora. A lei não permite apoiar passes que já têm descontos.

O Sr. **Bruno Martins** perguntou se após a divisão parcial de competências, qual o órgão diretamente eleito pelos cidadãos com competência para fazer a gestão dos transportes públicos no território do Alentejo Central.

Também o Sr. **Nuno Alas** interveio referindo que o PSD concorda com a proposta da Câmara, porque na matéria, e com consciência que Évora é um bocadinho o polo dinamizador do Alentejo Central, e com a consciência de que nem só a oferta é muito limitada, muitos município têm um autocarro a sair de manhã com pessoas que vêm trabalhar para Évora e só um autocarro no final da tarde, com passes, como no Alandroal, paga 156€. Comparado com Lisboa que tem metro de 5 em 5 minutos e passes de 40€. Consideram ser o caminho para que a CIMAC determine uma lógica multimunicipal de oferta de transportes que sirva todos os concelhos trazendo vantagens para Évora na lógica de ser mais fácil e mais barato chegar a Évora.

O Sr. **Presidente da Câmara** informou que o órgão de gestão da CIMAC é o Conselho Intermunicipal da CIMAC, formado pelos Presidentes dos municípios, que irá assegurar a gestão dos transportes. Está decidido que o Conselho Intermunicipal assegurará, a partir das propostas feitas por cada um dos municípios, incluindo-as dentro do possível, de forma que o território seja percorrido por transportes integrados.

É verdade que o passe é muito elevado, serão permitidas reduções para o passe máximo na ordem dos 50€, uma redução muito significativa do passe, mas nada comparável com o que acontece nas áreas metropolitanas. A reivindicação feita hoje no Conselho foi de que temos também direito a passes de valor máximo de 40€. Foi também debatido que as crianças até aos doze anos não pagassem e os idosos com mais de 65 anos pudessem ter uma redução nos passes.

O Sr. **Bruno Martins** voltou a intervir para perguntar se o Conselho Intermunicipal era eleito diretamente pela população.

Esclarecendo, o Sr. **Presidente da Câmara** informou que o Conselho Intermunicipal não, os Presidentes de Câmara sim, como é óbvio. Quem tem lugar no Conselho Intermunicipal são apenas eleitos pela população, e decorre a sua eleição da legitimidade que cada um dos Presidentes de Câmara tem, por ter sido eleito diretamente pela população.

Não se verificando mais pedidos de intervenção, o Sr. **Presidente da Assembleia** colocou a proposta à votação, tendo sido **aprovada por maioria**, com 31 votos a favor (13 da CDU, 13 do PS, 3 do PSD, 1 da Coligação “Afirmar Évora 21” e 1 do MMPI) e 1 abstenção (do BE).

Declaração de voto do Sr. Bruno Martins:



*“Apenas para afirmar mais uma vez que o BE não acompanhou, nem acompanha competências em órgãos que não sejam diretamente eleitos pelos cidadãos. Nunca apoiámos ou acompanhámos a Reforma Territorial de Miguel Relvas.”*

#### **PONTO 6 - Deliberação sobre a proposta de regulamento do Programa de Melhoramento das Condições de Habitabilidade.**

O Sr. **Presidente da Câmara** começou por dizer que não iria entrar em pormenores referindo apenas que é um dos Regulamentos que inclui o Programa Integrado de Apoio Social da Câmara que está em desenvolvimento numa perspetiva estratégica.

O programa de Melhoramento de Habitabilidade só foi trabalhado durante o ano passado, mas só agora pode ser apresentado, porque se espera que o PAEL seja resolvido, e só após a resolução do PAEL, se poderá aplicar o Programa por significar subsídio a famílias carenciadas com maiores problemas de habitação, como em termos de casa-de-banho, pessoas com dificuldades motoras que tenham apenas escadas etc., São um conjunto de adaptações neste tipo de habitações que este Programa irá tentar dar resposta.

Não é um Programa para investimentos vultuosos, mas sim para responder a necessidades muito prementes e imediatas, infelizmente ainda num conjunto muito alargado de famílias no concelho.

O Sr. **José Maria Figueira** congratulou-se com o facto de a Câmara tomar a iniciativa de aprovar o Programa Integrado de Apoio Social, porque em finais da década de 80 até mais de 90, existiu um programa de apoio às famílias necessitadas, que tiveram um impacto muito grande, em muitas famílias, nomeadamente no Centro Histórico

Consideram ser uma medida que deriva da resolução do PAEL, poder avançar com medidas de impacto social extremamente importante, na medida em que as condições de habitabilidade de muitas pessoas, pelas suas fracas posses não são condignas com o século XXI. Toda a ajuda do Executivo Municipal é extremamente importante, pelo que se regozijam com a medida apresentada.

Não havendo intervenções o Sr. **Presidente da Assembleia** colocou a proposta à votação, tendo sido **aprovada por unanimidade**, com 32 votos a favor.

#### **PONTO 7 - Habévora, E. M. / Relatório e Contas de 2018 (para conhecimento)**

O Sr. **Presidente da Câmara** começou por dizer que o documento foi distribuído por todos os elementos da Assembleia. Referindo que as Contas da Habévora apresentam resultado negativo, por razões apontadas em altura anteriores. Era uma situação que preocupava o Município, tendo-se procurado que uma situação em que os custos estavam a ser diferidos relativamente a investimentos, sendo a situação resolvida este ano.

A preocupação grande que foi espelhada é que a Habévora com a situação referida e não recebendo apoios não tem capacidade de investimento, precisando de capacidade de investimento significativo. Foi possível candidatar através do PEDU alguma recuperação de casas, doze fogos vão ser recuperados na zona da Malagueira com um investimento na ordem de um milhão de euros. Espera que de futuro seja possível não apenas o objeto, mas também a possibilidade da contribuição do Município para que a Habévora possa ir mais longe no apoio às questões de habitação, não apenas social, mas também noutros tipos de habitação.



Chamou a atenção para o ponto seguinte, que deveria ter sido apresentado antes das Contas, pelo que não se iria pronunciar sobre o ponto seguinte.

O Sr. **Bruno Martins** perguntou se havia algum problema com o pessoal da Habévora, tendo em conta que o Relatório se refere a gastos com empreitadas cerca de 82 mil euros e só estão publicados no Portal da Contratação Pública 26 mil 850 euros, o que corresponde a 32,82% das empreitadas, mesmo havendo empreitadas residuais que não precisam de publicação.

É muito estranho que a Habévora só lance no Portal da Contratação Pública 32,8%, como é obrigada por lei. Mas, mais estranho é, estando em maio de 2019, no presente ano ainda não tenha sido lançado no Portal nem um único contrato de empreitada,

Terminou, referindo que gostava de saber o que se passa, se se trata de várias empreitadas de 100€, o que não acredita.

Em resposta, o Sr. **Presidente da Câmara** referiu não acreditar que a Habévora não esteja a cumprir o que é legalmente obrigatório. Irá verificar a situação para poder dar um esclarecimento cabal sobre a questão colocada.

Tomado conhecimento.

#### **PONTO 8 - Relatório semestral e trimestral de gestão e de execução orçamental / 1º semestre e 3º trimestre de 2018 da Habévora, E. M. (para conhecimento);**

Tomado conhecimento.

#### **PONTO 9 - Relatório anual de execução do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão da CME / Ano de 2018 (para conhecimento);**

O Sr. **Presidente da Câmara** referiu que daria uma breves notas sobre este Relatório anual de execução do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão da Câmara, que carece de uma adaptação á estrutura de serviços, precisa de ser substancialmente melhorado. Tem um conjunto de programas que têm vindo a ser executados, cujo grau de execução tem sido razoável, apesar de algumas medidas apresentarem problemas em termos de execução. Este Relatório não deve ser apenas entendido como o cumprimento de uma obrigação legal, mas como uma oportunidade para poder ultrapassar problemas e dificuldades de problemas de gestão que se colocam.

O Relatório espelha o que foi identificado nos serviços e todo o trabalho realizado no ano de 2018.

Seguiu-se a intervenção do Sr. **Adelino Fonseca** que concordou com a informação do Sr. Presidente da Câmara, mas de facto urge uma revisão do Relatório, porque está completamente desfasado da realidade municipal, mas o Sr. Presidente mostrou essa preocupação.

Espera que no próximo exercício o Regulamento e o Relatório sejam adequados há realidade municipal.

Também o Sr. **Bruno Martins** interveio para dizer que acompanhavam e sublinhavam as críticas apresentadas, aproveitando para perguntar se o Executivo desconhece a vinculação Preventiva do Conselho de Prevenção aquando da corrupção do Tribunal de Contas que obriga à publicação dos Relatórios no sítio da internet da Câmara Municipal de Évora. O último Plano de Prevenção de Riscos



de Gestão remonta ao último mandato do PS. Em todos os anos de gestão da CDU, não foi publicado, como é obrigatório, no portal da Câmara.

Terminou com a recomendação de que seja publicado no sítio da internet. Deixou ainda o seguinte comentário “na pág. 13 lê-se: que a Câmara assume o concurso público como regra de contratação” e, no último ano foram publicados 3 concursos público e 104 ajustes diretos, o que significa que seja uma assunção tão clara de concurso público como regra de contratação.

O Sr. **Presidente da Câmara** começou por dizer que iria verificar se de facto não há publicação. Os Relatórios foram elaborados, deveriam estar disponíveis.

Relativamente à 2.<sup>a</sup> questão, pensa ser importante registar e fazer a breve trecho alguma discussão sobre a contratação pública, a questão dos concursos públicos, ajustes diretos e outras situações, em termos do concelho. Em sua opinião a atual contratação pública vai matar as empresas locais, por impedir que os Municípios comprem nas empresas locais, atirando através dos concursos públicos as compras para as grandes empresas. Essa é a razão porque mais de 50% das compras dos municípios são feitas em Lisboa.

Tomado conhecimento.

#### **PONTO 10 - Informação do Presidente da CME acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo.**

Tendo em conta que o documento foi distribuído, o Sr. **Presidente da Câmara** referiu que iria colocar algumas notas muito rápidas:

- Fórum Municipal da Juventude, que apresentou o Diagnóstico Infantil, que reputou de grande importância, ao qual é necessário dar continuidade.
- O Desafio pela Saúde, com elevadas participações que reputou de muito importante, sem deixar de salientar o empenhamento havido sobre a iniciativa;
- O anúncio do apoio pelo Governo à Criação do Centro Magalhães no Convento de S. Bento de Cástris, durante os próximos anos, que irá juntar várias entidades. A Câmara não está envolvida diretamente, mas está envolvida no projeto mais global, chamado Esfera Cástris, com um programa para recuperação, animação do Convento de S. Bento de Cástris;
- Integrou uma delegação de Municípios que fizeram uma visita à Palestina onde se realizaram um conjunto de reuniões de trabalho com Municípios Palestinos, tendo assim, oportunidade de conhecer diretamente a vida de um país ocupado militarmente, onde não há paz;
- O Supremo Tribunal Administrativo produziu um Acórdão clarificando que os Centros Históricos Classificados pela UNESCO estão isentos de IMI.

Em seguida, só para deixar registado, 4 Doutoramentos Honoris Causa na Universidade de Évora, o Professor Alexandre Quintanilha, o Padre Sandra, o Professor Galopim de Carvalho e o cidadão Chinês Chan Meng Kam.

- Referiu também a Orquestra Juvenil de Sopros, que já vai na 4.<sup>a</sup> edição e um projeto que começou de forma pontual mas que se pretende seja um projeto que se prolongue por todo ano, que junta mais de 100 jovens das freguesias rurais, que fazem um trabalho notável em música, animação e convívio.
- O Alentejo Central vai ser experiência piloto de voto eletrónico para o Parlamento Europeu, é uma preocupação dado o número de exigências começando pela formação dos membros das mesas, o que está a dificultar arranjar membros para as mesas.



O Sr. **Frederico Carvalho** começou por agradecer os esclarecimentos e fazer algumas questões sobre a atividade do Município e o seu quotidiano:

- Sobre o Salão Central Eborense qual o desenvolvimento da sua requalificação; sobre a questão do parque canino se havia novidades, tendo em conta que estava previsto no decurso do atual Plano de Atividades; Sobre o Coreto do Jardim Público de Évora quais as perspetivas relativamente à sua reabilitação; em termos de Feira de S. João, há algum apoio específico relativamente às freguesias rurais e coletividades para poderem participar do ponto de vista cultural e recreativo na Feira.

Seguiu-se a intervenção do Sr. **Adelino Fonseca** que começou por dizer que sempre o preocupou, os trabalhadores com baixa e os acidentes de trabalho, verifica-se que de fevereiro para março houve um decréscimo nas baixas. Gostaria que no futuro, se possível, a informação referente a estes dois itens fosse mais detalhada. No âmbito do Aeródromo Municipal gostava de saber quantos funcionários tem afetos e quantos afetos á Proteção Civil. O que observa é que é um grupo enorme que se chocam. Outra questão muito simples está relacionada com a recuperação da Fonte do Rossio de São Brás. Não considera o Sr. Presidente que somos lentos neste tipo de tarefas, perguntou. A Fonte já vem há 3 anos.

Também o Sr. **Nuno Alas** interveio, referindo que o Sr. Ministro das Infraestruturas e da Habitação, confirmou hoje que o atravessamento da ferrovia da linha Sines/Caia vai ser feito pelo traçado II, traçado que nenhum partido eborense desejou.

O que pensa a Câmara fazer sobre esta informação acabada de chegar da Assembleia da República, sabendo que tem os outros partidos, para contrariar esta decisão antes da obra iniciar.

O Sr. **José Maria Figueira** iniciou a intervenção com a seguinte sugestão, tendo em conta que veio a público com algum impacto, o envolvimento de muitas pessoas, instituições, técnicos, câmaras e outras entidades que fazem parte da rede social, trazer o Plano Social 2019/2021 e poder refletir e conhecer em mais pormenor essa matéria, para além do que veio na comunicação social, seria interessante também a Assembleia conhecer quais as respostas que existem na rede social.

Em seguida perguntou se a Câmara já começou a debruçar-se sobre as implicações do Regulamento Tarifário da ERSAR para o Saneamento e Águas e das suas implicações económicas e financeiras para as Entidades Gestoras Públicas cumulativamente com a diretiva da qualidade da água aprovada com as mesmas implicações em que os privados, são praticamente ilibados do cumprimento dessas regras.

O Sr. **Presidente da Câmara** começou por informar que o Salão Central já está em concurso público, está concluída a parte arqueológica.

O parque canino também está a nadar depois de terem visitado vários parques caninos em vários pontos do país. Viram algumas opções razoáveis e algumas localizações possíveis. Durante este ano, como prometido vai concretizar-se.

Relativamente ao Coreto do Jardim Público, foi destruído pela queda da grua. A responsabilidade é de quem o destruiu, em princípio só será reconstruído depois da obra do Palácio estar concluída. Este ano não será utilizado o Jardim Público na Feira de S. João, pelas razões de todos conhecidas, razões de segurança.

Como é sabido a Câmara disponibiliza gratuitamente módulos quer às freguesias quer as coletividades para estarem presentes na Feira de S. João da forma que entenderem, podendo ainda concorrer através das tasquinhas.

É também uma preocupação para o Executivo, as baixas e acidentes de trabalho. Há um problema grave porque uma parte das baixas não são na realidade baixas. São pessoas que deviam estar



reformadas porque não têm condições para trabalhar nem vão voltar a trabalhar. É inconcebível que as Juntas Médicas mandem trabalhar pessoas que não conseguem trabalhar porque não têm condições físicas. Na Câmara há inúmeros casos nessas condições, pessoas que não voltarão a trabalhar e não são reformados. É um enorme problema. As baixas reais são acompanhadas através do gabinete e chamamos a atenção de que temos um gabinete de Saúde.

Relativamente aos funcionários do Aeródromo, disse não ter presente quantos trabalhadores estão afetos ao Aeródromo, mas rapidamente recolherá a informação.

Em relação à Fonte do Rossio, tem tido uma intervenção muito cuidada, ao mesmo tempo tem sido muito difícil com muitas dificuldades, pormenores pelo facto de ser uma Fonte Histórica. O mesmo acontece em relação ao pavimento, que não está nada fácil como parecia no início. Concordou que o processo tem sido muito lento, mas devido ao tipo de obra que está a ser feita e também porque não foi possível contratar tudo de uma vez.

Quanto à ligação ferroviária, não foi surpresa, tendo em conta tudo que tem constado ultimamente. A Câmara continua sem ter nenhuma informação oficial sobre esta matéria. Já solicitou uma reunião com o novo Ministro das Infraestruturas, espera que a breve seja realizada.

A confirmar-se a informação será necessário tomar outras medidas.

Em relação à questão do Diagnóstico Social está a ser feito com um processo participativo significativo, que já vem de há bastante tempo. Tem um conjunto de documentos, dos quais será dado conhecimento à Assembleia.

Relativamente ao Regulamento da ERSAR, como é sabido, a Câmara não reconhece que a ERSAR tenha tutela sobre os Municípios, que não são empresas, mas sim Órgãos do Sistema Político Português.

A ERSAR não tem poderes para tutelar os Municípios e impor-lhes decisões que ultrapassem o que os Órgãos próprios dos Municípios podem determinar, nomeadamente a Câmara e a Assembleia Municipal.

Este regulamento tarifário é preocupante, aquando da discussão pública, tomámos posição sobre essa matéria tendo sido dado conhecimento na discussão pública de todas as preocupações, dúvidas, críticas e propostas de alteração. Estão atentos e a acompanhar a situação com preocupação de se querer impor a cobertura de custos na área das águas num prazo relativamente curto.

O Sr. **José Vitorino** em relação ao Parque Infantil de Nossa Senhora de Machede lembrou que está incapaz há vários anos, para qualquer atividade para os miúdos. Deram-lhe a confirmação que em setembro de 2018 se iniciaria a recuperação. Mas até ao momento nada foi feito.

Em relação à zona das Atividades Económicas, desde a última reunião não teve qualquer informação. Solicitou o ponto da situação das duas questões.

O Sr. **Presidente da Câmara** respondeu relativamente ao parque infantil, houve um desfasamento na questão das obras. Uma grande maioria dos parques infantis não corresponde às exigências legais. Fez-se um levantamento global, e as verbas para transformar todos os parques infantis de acordo com as normas, são incomportáveis. Está programado e se não está aberto o concurso vai abrir.

Relativamente à Zona das Atividades Económicas o estudo já está feito e em breve teremos uma reunião para se poder avaliar as medidas a tomar.

Reafirmou que da parte da Câmara existe a vontade de procurar soluções para viabilizar o parque ainda que não haja financiamento, temos que ver os números que são preocupantes relativamente a algumas áreas do PITE.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

O Sr. **Adelino Fonseca** deixou uma sugestão lembrando que há empresas com interesses nos consumidores jovens que acabam por patrocinar obstáculos ou equipamentos dando-lhe a marca da sua empresa como nome.

Tomado conhecimento.

Findo o debate do último ponto, o Sr. **Presidente da Assembleia** deu-o por terminado.

### SEGUNDA PARTE DESTINADA AO PÚBLICO

A Sra. **Ângela Caeiro**, interveio para deixar um alerta sobre a confusão gerada sobre se a formação, era para todos, se só para as pessoas que vão para as mesas de voto, ou só para quem vai para as mesas eletrónicas. Há diversas versões e muita confusão. Perguntou também o valor da formação. Era importante ficarem todos esclarecidos.

O Sr. **Presidente da Câmara** começou por dizer que a responsabilidade das eleições não é dos Municípios, mas sim da Administração Central. Quem tem estado a administrar todo o processo é o Ministério da Administração Interna, a Sra. Secretária de Estado. Todos os membros das mesas de voto têm que ter formação. Todos.

A formação são dois sábados e meio. Foi dito que não havia participação, foi informado de que havia participação.

### APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA

O plenário deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta os números 1, 2, 3, 4, 5 e 6 desta ordem do dia, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro.

Não existindo mais assuntos por tratar, o Sr. **Presidente** deu por encerrada a sessão pela uma hora e cinquenta e nove minutos do dia seguinte, da qual e para constar se elaborou esta ata, que os membros da Mesa subscrevem e assinam.

(Ata aprovada por unanimidade, na sessão de 28/02/2023, não tendo participado na deliberação 15 dos 26 membros presentes na sessão, por terem estado ausentes na respetiva sessão)

**Não dispensa a consulta do documento original**